



Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1978.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielise Crisóstomo e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada à presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 62/78

Curitiba, 15 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal de valor igual a 5 (cinco) salários mínimos ao Doutor ARTHUR MARTINS FRANCO, ex-Professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná.

Altamente significativo, justo e humano é o plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, eis que o Doutor Arthur Franco, pelo exemplar homem público que é e sempre foi, como também, pelos seus 102 anos de existência, merece, sem dúvida alguma, o benefício proposto, uma vez que os recursos financeiros de que dispõe são insuficientes para sua subsistência.

O "curriculum vitae" do Doutor Arthur Franco, contém expressões do mais alto valor, narrando os inestimáveis serviços prestados ao Estado, nas múltiplas funções exercidas. Dando idéia das atividades públicas desenvolvidas com brilhantismo pelo Doutor Arthur Franco, transcrevo, abaixo, trecho da publicação nº 24, da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, por ocasião do centésimo aniversário desse Ilustre Cidadão Paranaense:

"Ingressou na vida pública imbuído de nobres propósitos, norteado pelo ideal de servir ao próximo e ser útil à Pátria. Durante a sua centenária trajetória exerceu os seguintes cargos:

Comissário de Terras dos Comissariados de Ponta Grossa e Tamarandá, 1902/1905. Engenheiro Chefe da Seção Técnica da Prefeitura da Capital, 1905/1907, Chefe da Comissão Fundadora de Núcleos Coloniais a cargo do Governo Federal, de 1907 a 1912. Neste cargo instituiu, no Estado do Paraná, os núcleos coloniais de Ivaí (ex-Miguel Calmon) e Taió, ambos no Município de Ipiranga. Em Guarapuava instalou o importante núcleo colonial Cruz Machado. Chefiou interinamente o núcleo colonial de Vera Guarani, no Município de São Mateus do Sul. No período de 1912 a 1916, exerceu com proficiência o cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, na administração do Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque.

Dr. Arthur Martins Franco, foi eleito Deputado ao Congresso Legislativo do Estado, para a Legislatura de 1917. Como Deputado foi ardoroso defensor dos interesses do Paraná, nos litigiosos acontecimentos do Contestado. Ao tomar conhecimento do acordo assinado na Capital da República a 20 de outubro de 1916, Dr. Arthur Martins Franco, em sinal de protesto, renunciou o seu mandato. Novamente foi eleito Deputado Estadual para os biênios de 1920/1921, 1922/1923, sendo nessas legislaturas merecidamente distinguido com a honrosa investidura de "LIDER" do Congresso Legislativo do Estado.

Exerceu ainda o cargo de Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro Noroeste do Paraná. Tornou a eleger-se Deputado Federal nas Legislaturas de 1924/1926, 1926/1929.

Foi Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia do Paraná, de 1912 a 1945, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, até 1945.

Como homem público soube pautar a sua vida dentro do espírito da austeridade, compreensão e dedicação ao trabalho, características que distinguiram sua longa e profícua vida funcional."

Assim, Senhor Presidente, estou certo de que o plano de lei encaminhado merecerá dessa colenda Casa de Leis, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reiterando a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica concedida uma pensão mensal de valor equivalente a 5 (cinco) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, ao Doutor ARTHUR MARTINS FRANCO, ex-Professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná.

Parágrafo único — Em caso de falecimento do beneficiário, a pensão será transferida às filhas solteiras.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob o número 304/78, do Sr. Dr. Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encaminhando Relatório de serviços prestados por aquela Secretaria referente ao mês de abril do ano em curso. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo André, encaminhando requerimento de autoria do Vereador Gervasto Maschio, em cujo teor manifesta sua tristeza quando, nas atuações da nossa Seleção Canarinho, podemos observar que enquanto se executa o Hino Nacional Brasileiro, um ou outro integrante da Seleção movem apenas os lábios, balbuciando trechos do qual se recorda; será que não sabem ou se sentem envergonhados de externar, com voz retumbante, a letra e a música.

ca do Hino Nacional Brasileiro. — **Ao conhecimento da Casa.**

Da Câmara Municipal de Maringá, requerimento de autoria do Senhor Vereador Antenor Sanches, no qual solicita a realização de gestões junto as autoridades competentes, no sentido de ser feita uma reformulação imediata na política do trigo, e, para tanto, sugere medidas. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Célio Bemini, Venerável da Loja Simbólica "Acácia do Ivaí", da Cidade de São João do Ivaí, no qual participa e colabora no progresso material, moral, espiritual e democrático do nosso Povo, sentindo portanto, os anseios da comunidade que pleiteia a instalação de uma Agência do Banco do Brasil naquela cidade. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Nivaldo Machado, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e nos seguintes termos:

"Atendendo a aprovação pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, do Requerimento n.º 2613, de autoria do Deputado HONÓRIO ROCHA, comunico a V. Ex.ª que esta Casa deliberou consignar, na Ata da reunião do dia 18 do mês p. passado, um voto de congratulações com a Primeira Secretaria da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, com a Presidência da Associação dos Servidores das Assembléias Legislativas do Brasil — ASSALB, e com a direção do Centro dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul — CEFAL, pelo sucesso alcançado no II Encontro de Servidores das Assembléias Legislativas do Brasil. — **Ao conhecimento da Casa.**

EMENDAS:

EMENDA N.º 01

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Fica acrescido ao Art. 36 e seguinte parágrafo único:

"A composição da Banca Examinadora, será integrada por 3 (três) membros de livre escolha do Governador do Estado; 1 (um) membro representante da OAB, Seção do Paraná; e 1 (um) representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(aa) MAURÍCIO FRUET
NILSO SQUAREZI

EMENDA N.º 02

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

"Suprima-se o parágrafo único do art. 24."

Justificativa: — Esse parágrafo único proíbe ao Procurador do Estado a advocacia particular. Todavia, o exercício da advocacia é regulamentado pelo respectivo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 4.215, de 27.04.63), onde constam as proibições e impedimentos legais ao exercício da profissão de advogado.

Por outro lado, o Procurador do Estado (que pelo referido Estatuto está impedido de procurar contra a Fazenda Pública), ao contrário do Juiz de Direito ou do Promotor de Justiça, não tem outros impedimentos ou proibições, eis que sua única atribuição é de advogar em favor do Estado. E o exercício da advocacia particular, em vez de um empecilho, é uma excelente atividade para manter o Procurador do Estado em dia com a realidade forense, pelo exercício da militância ativa.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

EMENDA N.º 03

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprima-se a parte final do art. 24, **verbis**:

"e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de quarenta (40) horas de trabalho, em dois turnos".

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de Procurador, ou advogado, não se mede

por horas. Nem pode ele ficar jungido ao cumprimento de um horário rígido numa repartição como qualquer funcionário administrativo, pela natureza especial de suas atividades que exige idas e vindas ao Tribunal, aos Cartórios, consultas em bibliotecas, trabalho de gabinete etc.

A produtividade do Procurador se mede pelo número de processos que atende e a qualidade do serviço forense que apresenta, ou dos pareceres que emite.

Não tem razão de ser, portanto, a obrigação de que cumpra 8 (oito) horas diárias, em dois turnos, de serviço na Procuradoria Geral do Estado, o que, se viesse a ser transformado em lei, seria um desserviço à produtividade e ao bom desempenho do trabalho especializado dos Procuradores.

De resto, as carreiras funcionais que não se regem por Estatuto próprio, se subordinam, quanto à jornada de trabalho pelo Estatuto dos Funcionários Públicos em vigor.

EMENDA N.º 04

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Acrescente-se à emenda n.º da Comissão Especial o seguinte dispositivo:

"Parágrafo único — Os advogados aposentados nos níveis 26 e 27 ou correspondentes aos atuais 26 e 27, terão seus proventos de inatividade reajustados, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de advogado de 2.ª classe."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A douta Comissão Especial propõe entre as sugestões de emendas acolhidas a que prevê o reajuste, do valor dos proventos de quem se aposentou nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado.

Agiu com Justiça a Comissão entretanto, s.m.j. para que a mesma seja completa, necessário se faz, também, a inclusão dos advogados aposentados em final de carreira, que exerciam igualmente funções de representação do Estado, assinando peças processuais em Juízo.

Ratificando justificativa anteriormente apresentada, lembramos os esforços e dedicação destes, que, excluídos do plano de reclassificação dos cargos da atividade, da mesma categoria funcional, são prejudicados em seus direitos de condições de enfrentar as dificuldades da instabilidade monetária resultantes.

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de pesar, pelo falecimento do Senhor GILBERTO FELIX DA SILVA, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocorrido ontem na cidade de Piraí do Sul, neste Estado.

Requer, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada, na pessoa de sua viúva.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OTACILIO LEOPOLDO MÜLLER, ocorrido na cidade de General Carneiro.

O extinto era fazendeiro no Distrito de Iratim, Município de General Carneiro, pessoa de grande relacionamento de amizades.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Instituto Geográfico de Estudos, Pesquisas e Planejamento — IGEPP — e ao Centro de Estudos Geográficos — CEGEL — pela Instituição da Semana do Geógrafo.

A iniciativa é consideradamente importante para a atualidade paranaense e brasileira, tendo em vista ser a geografia, em todos os seus aspectos, essencial para que sejam melhor compreendidos as relações do homem com o meio.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. Caleb Martins Vieira, Presidente do IBEPE e ao Acadêmico da UFP, Carlos Augusto Staren, Presidente do CEGEL.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, sejam enviados ao Ex.^{mo} Senhor Ministro das Minas e Energia e ao Ex.^{mo} Senhor Diretor Geral da Itaipu Binacional, ofício solicitando-lhes providências urgentes, no sentido de se efetuarem os pagamentos de indenização a proprietários de áreas desapropriadas para efeito de construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) ERNESTO DAL'OGLIO

JUSTIFICATIVA:

Vive hoje, inegavelmente, o Brasil o período mais aguçado de uma crise econômica, cujas origens remontam ao primarismo de soluções casuísticas, movidas apenas pela necessidade de se estabelecerem privilégios para poucos, mantendo a grande maioria de nosso povo à margem do progresso.

Os reflexos de tal crise se fazem sentir em todos os setores da vida nacional e, em nosso Estado, com uma estiagem como jamais vista nestes últimos anos, mais se evidenciam seus efeitos.

O Oeste do Paraná é, sem dúvida, a maior vítima dessa crise. É uma região em desenvolvimento, com todos os problemas inerentes a esse estágio, cujas bases econômicas se assentam na agricultura e na pecuária. Com a estiagem, portanto, os problemas se agravaram e se multiplicaram.

Esse quadro desolador já está suficientemente presente nas consciências dos homens que atuam nesta Casa de Leis.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mais do que palavras esta augusta Assembléia tem de contribuir para minorar as consequências dessa crise, mormente no Oeste do Paraná.

O meio circulante está caótico. Urgem medidas imediatas e de alcance social.

Sugerimos, então, que esta Assembléia envie ofícios ao Ex.^{mo} Senhor Ministro das Minas e Energia e ao Ex.^{mo} Senhor Diretor Geral da Itaipu Binacional, encarecendo-lhes a necessidade de se efetuar, com a devida urgência, o pagamento das indenizações a proprietários de áreas desapropriadas, abrangidas pela Hidrelétrica de Itaipu, com a finalidade de ativar o meio circulante, no Oeste do Paraná, e — principalmente — minorar os efeitos de ordem social, agravados pela crise.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o duto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Cláudio Hercílio Araújo, Diretor Presidente da SANEPAR, sugerindo-lhe seja dotado o Distrito de Santa Lúcia, no Município de Capitão Leônidas Marques, de água artesiana, cujo poço poderá ser perfurado em convênio com a firma empreiteira que está construindo o trecho da estrada Capitão Leônidas Marques a Cascavel, a qual se proporia a arcar com metade das despesas, segundo afirmam alguns vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Santa Lúcia é um forte distrito econômico, possuindo população de aproximadamente 20.000 habitantes nas zonas urbana e rural.

Confirmada a hipótese da firma construtora contribuir com 50% do valor do poço artesiano, essa obra parece ganhar viabilidade.

Todavia, sendo da competência da SANEPAR a sua execução, resta-nos transmitir àquela Companhia os apelos da população do Distrito de Santa Lúcia, bem como sugerir que, após verificada sua viabilidade, seja a mesma concretizada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o duto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado dos Transportes e Diretor do D.E.R., solicitando o empenho dos mesmos a fim de que o traçado da rodovia Toledo-Cafelândia d'Oeste alcance o Distrito de Palmitópolis, no Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de distrito administrativo e judiciário, Palmitópolis não poderá ficar marginalizado perante o traçado desta importante rodovia.

Constituindo-se num dos maiores centros de cultura de soja, milho, trigo e outros cereais, dentro do oeste do Paraná, e dotado de hospitais, comunicação telefônica e movimentado comércio, o Distrito de Palmitópolis possui vida própria e agrega considerável população.

Sua produção agrícola, no momento, é escoada através de Nova Aurora e Cafelândia d'Oeste, sendo que, nesta última localidade, grande parcela dessa produção é depositada na Cooperativa Agrícola "Consolata".

Nada mais justo, portanto, que a ordeira e trabalhadora população de Palmitópolis, com pequeno esforço de nossas autoridades, possa ser beneficiada pelo traçado mais próximo da estrada que deverá ligar o Município de Toledo a Cafelândia d'Oeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia a "Carta ao Leitor", publicada na Revista VEJA, n.º 506, de 17 de maio de 1978, por tratar-se de um dos melhores documentos escritos sobre a situação que a atual geração vem enfrentando.

Outrossim, requer, ainda, a comunicação à direção daquela Revista.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Regional do Paraná da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Cel. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS, solicitando seja encetado estudos no sentido de ampliação do perímetro de entrega a domicílio de correspondência, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O pedido, emanado da Câmara Municipal de Maringá, através a Associação Comercial e Industrial de Maringá, fundamenta-se no enorme crescimento da cidade nesta década, com conseqüente aumento do número de domicílios em áreas antes inóspitas, o que demanda urgente necessidade desse tipo de serviço. Diante do que se expõe, o perímetro postal atual não mais está correspondendo às necessidades do município, daí ser imprescindível sua atualização como medida de desenvolvimento a par da realidade da expansão daquele município, sobretudo agravada pelo êxodo das populações rurais em direção a centros urbanos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer encaminhamento de expediente ao Diretor Superintendente do I.P.E., solicitando medidas urgentes no sentido de viabilizar as instalações de um Posto daquele Instituto, na sede do Município de Capanema.

O referido município situado no extremo sudoeste do Estado na divisa com a República Argentina tem elevado número de previdenciários do I.P.E., sem contarem até a presente data, com o atendimento prestado pelo Instituto noutros Municípios da Região, dificultando enormemente os beneficiários que atualmente obrigam-se a deslocamentos às cidades de Cascavel e Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Por mais que se esforcem os elementos representativos da agricultura no sentido de uma comercialização razoável, parece que — contrariando os nobres propósitos do governo: outras forças buscam tirar qualquer possibilidade dos agricultores viverem em paz com suas não pequenas obrigações financeiras.

Ainda agora, superado parcialmente os imensos prejuízos da seca com a chega das chuvas, chuvas que, entretanto, não restituirão as safras frustradas e que foram frustrações imensas! Ainda agora mais uma calamidade encontram os produtores da soja, porque no instante que esperavam vender o seu produto pela cotação internacional a 230 ou 240 cruzeiros por saca, eis que o preço interno é manipulado pelas indústrias moageiras do grão de soja, as quais passam a pagar somente 205 cruzeiros por saca, com prejuízos de 10% para o produtor, num ato que já se taxa de confisco indireto.

No entanto, mais grave é que tais preços reduzidos, impostos pelas poderosas indústrias multinacionais, coincide com a medida do nosso governo proibindo a exportação e reajuste dos preços dos derivados da soja objetivando poupar o consumidor, tendo em vista não agravar os preços de alimentos tão preciosos quanto a soja, enquanto que as indústrias como que alheias aos fins ou metas oficiais, valem-se da medida oficial proibitiva da exportação, e impõe o seu preço abaixo do corrente ou do normal.

A situação é grave, porque se a estiagem trouxe uma quebra de sessenta por cento (60%) para a agricultura por malabarismos contábeis, as indústrias confiscam 10% sobre o produto restante, levando sem dúvida, a descrença ao produtor e contestando as decisões oficiais que visam o incremento, o desenvolvimento da agricultura com preços justos, compensadores.

Requeiro pois, ouvida esta Casa, oticie-se ao Ex.^{mo} Sr. Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda, a fim de levar a preocupação da agricultura diante dos graves fatos aqui apontados.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978

(a) ROSÁRIO PITELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer as seguintes informações:

a) Quais as empresas que participaram da licitação para edição das listas telefônicas e de endereços?

b) Quais os critérios usados na licitação e quais as condições impostas pela TELEPAR para a edição das referidas listas?

c) Enviar cópia de contrato ou contratos entre a TELEPAR e a Empresa vencedora da licitação.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Senhor JOÃO DE MATTOS LEÃO, Diretor da 6.^a Região do Banco do Brasil, consubstanciado em apelo, no sentido de que Sua Senhoria determine à gerência da agência do BANCO DO BRASIL DE ANTONINA que "desburocratize" completamente o setor de operações de crédito daquela filial, dando a efetiva e devida flexibilidade aos empréstimos solicitados.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Recebemos dos Vereadores CÍCERO CONSENTINO e JOSEMAR BRASIL SILVÉRIO, denúncia de ampla gravidade, dando conta de que após a substituição ocorrida no setor gerencial do Banco do Brasil de Antonina, há pouco mais de 2 meses, o setor de operações de crédito sofreu, em razão do despreparo dos atuais diretores, REVOLTANTE ESTAGNAÇÃO.

O Banco do Brasil, agência de Antonina, abrange também os Municípios de Morretes e Guaraqueçaba, cuja região, está de forma notável, desenvolvendo a sua atividade agrícola, atualmente tendo como principais as culturas de hortaliças, banana, arroz, café e estendendo também a produção pastoril. A atual gerência daquela agência, emperrou de tal forma a concessão de empréstimos, que os agricultores estão alarmados e revoltados. Além de exigências absurdas para efeitos de garantia, o mau atendimento e até a incompetência e despreparo dos atuais gerenciadores, tem provocado situações humilhantes para os produtores, que chegam a se deslocarem vezes inúmeras até a agência.

Oitenta por cento da produção de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, são de características agrícolas, cujo desenvolvimento está sofrendo solução de continuidade provocada por atitudes burocráticas condenáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do

Plenário, seja enviada sugestão ao Senhor Ministro da Justiça, no sentido de que aquela autoridade federal inicie estudos visando modificar o prazo do mandato para 6 (seis) anos para as eleições municipais a realizar-se em 1980.

Essa sugestão visa corrigir uma distorção no processo político-eleitoral brasileiro, já que, pela legislação atual, os futuros edis e Chefes municipais, a serem eleitos no pleito de 1980, somente exercerão os mandatos por apenas 2 (dois) anos, já que a coincidência para fins eleitorais acontecerá em 1982.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Presidência do Banco do Estado S/A., solicitando urgenciar o pedido formulado por aquele órgão ao Banco Central, em setembro p. passado, cujos termos reivindica a instalação da Agência do Banco do Estado, no Município de Mandaguá - Paraná.

Outrossim, requer, seja dado conhecimento deste expediente à Câmara e Prefeitura locais.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, seja encaminhado expediente desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Governador JAYME CANET JÚNIOR e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, solicitando a criação e instalação de um Posto de Identificação no Município de Capanema.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O populoso Município de Capanema não conta com um posto de identificação o que vem ocasionando sérias dificuldades a quantos necessitam obter a Cédula de Identidade.

O posto mais próximo fica em Santo Antônio do Sudoeste, obrigando ao deslocamento dispendioso e problemático sobretudo para os habitantes da zona rural e para menores, que normalmente têm que permanecer por mais de um dia fora de seus lares.

A instalação de um posto na sede do município virá de encontro a tão justa reivindicação daquela laboriosa comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o encaminhamento de manifestações de reconhecimento aos Srs. Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, Superintendente da SUNAB, Presidente da Portobrás e aos Excelentíssimos Ministros dos Transportes e da Agricultura, pelo atendimento dispensado ao apelo deste Poder, provocado pelo signatário, no sentido de que a importação de milho fosse procedida pelo Porto de Paranaguá, em benefício do Estado e da agilização da mão ociosa constataada no Porto, em decorrência da estiagem que ainda está a assolá-lo Paraná.

Cientificado, através informação transmitida pelo Sr. Eugênio Stefanello, da Comissão de Financiamento da Produção, de que cinquenta por cento da importação, no total de quinhentas mil toneladas, serão desembarcadas pelo Porto de

Paranaguá, o subscritor, jubiloso com o atendimento, considera oportuna a consignação do seu reconhecimento às autoridades que, demonstrando consideração especial ao Paraná, deram pronto atendimento à justa pretensão consubstanciada no apelo.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Banco Central para que seja criada uma linha de crédito aos bancos oficiais ou particulares para que eles possam prorrogar o vencimento das Notas Promissórias Rurais pelo prazo das concordatas dos frigoríficos COMABRA e FRIMESA, do Grupo Oleolar, com o objetivo de evitar que os agricultores tenham que solver um financiamento de um produto que venderam e entregaram e que agora, caso não exista pronta intervenção do Banco Central, terão que pagar.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Todos os Senhores Deputados estão preocupados com a situação criada no Paraná com as concordatas dos principais frigoríficos que atuam nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, regiões essas que respondem com mais de 60% da produção de suínos no Estado.

Face a essas concordatas, os Bancos estão exigindo, agora, de centenas de milhares de agricultores — na sua grande maioria minifundiários, e, em consequência de pouca renda o pagamento das chamadas N.P.Rs., pois figuram nesse estranho título de crédito como endossantes e por conseguinte responsáveis pelo pagamento, caso não haja pagamento por parte dos compradores, no caso os frigoríficos.

Essa exigência bancária está criando um clima de verdadeiro temor nas regiões produtoras de suínos. Alguns bancos particulares já deram entrada nas Comarcas de Chopinzinho e Laranjeiras do Sul, de seus pedidos de execução judicial contra os agricultores, solicitando inclusive a penhora de bens até de sobrevivência dos criadores, como juntas de bois ou suas terras, algumas já hipotecadas ao Banco do Brasil.

Com justa razão estão os agricultores e suinocultores, que atravessam um período de crise face a prolongada estiagem que assola o Paraná e causa avultados prejuízos à economia estadual e até nacional, a pedir, reclamar e até a exigir medidas de apoio das autoridades monetárias nacionais para a solução desta grave ameaça que pesa sobre os homens da terra do Paraná.

Só na região Sudoeste, segundo levantamento mandado efetuar pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, existem centenas de pequenos agricultores sujeitos a pagar mais de 51 milhões de cruzeiros com as N.P.Rs., já vencidas e de responsabilidade principal dos Grupos Frimesa e Comabra.

Assim sendo, acredito que a voz desta Casa deva se fazer ouvir junto ao Banco Central para que ele determine aos Bancos particulares e oficiais que sejam prorrogados os vencimentos das N.P.Rs., pelo prazo das concordatas requeridas, com os mesmos juros e demais encargos financeiros, de tal forma que os próprios devedores das N.P.Rs., paguem os Bancos e não os sofridos agricultores.

Tal medida — a prorrogação do vencimento das N.P.Rs., já está em estudos no Banco Central — segundo informou o Senhor Secretário de Finanças do Paraná, Dr. Jaime Prosdócimo a uma comitiva de Prefeitos e líderes da Região Sudoeste, em data de ontem, dia 22, em prolongada audiência concedida por mais de uma hora e na qual Sua Excelência comprometeu-se a contatar com o Banco Central e Bancos particulares para encontrar uma boa solução para os problemas das N.P.Rs.

A adoção desta medida é, conseqüentemente, inadiável, pois caso ela demore, perderá seu efeito, uma vez passará o prazo de habilitação de créditos junto às concórdatas. Inadiável e justa, Senhores Deputados, pois não se concebe que o agricultor tenha que pagar as N.P.Rs., que representam produtos já entregues. Tal situação necessita de uma ordem de parar já e agora. Ordem que deve vir do Banco Central através da linha de crédito solicitada.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 63/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Casa do Menor Paraplégico — Larzinho", com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade de Jacarezinho, dentro das finalidades estatutárias.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora do instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 64/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, com as seguintes divisas: "começa na Rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama, no ponto de início do perímetro divisor dos terrenos do Núcleo Serra dos Dourados, com os terrenos do Imóvel Ivaí; seguindo por este perímetro em linha reta, até encontrar a rodovia que interliga a sede do Município de Maria Helena à sede do Distrito de Douradina, no mesmo município; daí, seguindo por esta rodovia, até encontrar o ponto de início do Perímetro Fazenda Alvorada; seguindo por este perímetro (cruzando a rodovia municipal que interliga a sede do Distrito de Carbonera ao Patrimônio Vila Formosa) até o Patrimônio São João da Boa Vista, no ponto em que o mesmo perímetro encontra a rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama; seguindo por esta rodovia, passando pelo Patrimônio Alto Alegre até o Patrimônio Três Placas; no ponto em que a mesma rodovia encontra a rodovia divisória dos Municípios de Maria Helena e Umuarama; daí, seguindo por esta, até o ponto de partida."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

Carbonera, em face de seu progresso e desenvolvimento, está a exigir sua elevação à categoria de Distrito Administrativo.

Conta, hoje, com uma população de mais de sete mil e quinhentos (7.500) habitantes, dentro de sua delimitação territorial e com mais de mil e quatrocentas (1.400) casas, das quais, aproximadamente, cem (100) estão localizadas na sede do Distrito que ora se propõe criar.

Nestas condições e tendo em vista o que estabelece a Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), apresentamos a presente iniciativa à consi-

deração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe de o necessário apoio e final aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 65/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Servidores Públicos Municipais de Goio-Erê", com sede e foro na cidade de Goio-Erê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços aos servidores públicos municipais de Goio-Erê, merecendo com isso o reconhecimento público municipal através da Lei n.º 816/06/77 de 03/11/77.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação pertinente à matéria.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de lei que esperamos mereça o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 66/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada no Município de Maringá, uma Escola Técnica Agrícola Regional e o Poder Executivo autoriza a proceder a sua instalação, promovendo o seu funcionamento a partir do ano de 1979.

Art. 2.º — O Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, da publicação desta lei, editará regulamentação e demais atos complementares necessários à consecução do objetivo aqui fixado, definindo a vinculação da Escola à Secretaria de Estado competente.

Art. 3.º — Serão adotadas pelo Poder Executivo, as providências cabíveis no sentido de prover na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1979, os recursos necessários para sua instalação e funcionamento.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei, a criação de uma Escola Técnica Agrícola Regional, no Município de Maringá, atendendo as necessidades apresentadas por uma das regiões de maior potencial, existentes em nosso Estado.

A região de Maringá, constitui uma área eminentemente agrícola, surgindo no contexto econômico e social do Paraná, com uma respeitável parcela de contribuição, dada não só pelos duzentos e cinquenta mil habitantes radicados na cidade pólo, mas, pelo conjunto de mais dois milhões e meio que somam uma população de aproximadamente três milhões de paranaenses, com a afirmação de sua laboriosa atividade.

A cultura agrícola, sabe-se, existente e praticada, do que tem resultado uma excelente produção, todavia, logrando-se correção técnica e orientação, entende-se um aprimoramento de cultura, com um conseqüente aumento de produção.

A criação e funcionamento de uma Escola Técnica Agrícola Regional, em Maringá, virá definir junto à população, a filosofia do Governo, em dotar de possibilidades de ensino a toda a juventude e dar melhor nível de conhecimentos, capazes de estabilizar a padronização da nossa produção; vem ainda de encontro, a uma das mais antigas reivindicações regionais, que é de fixar o homem à terra, principalmente à sua área de ação.

O presente projeto de lei, procura atender às normas legais que regem a iniciativa Legislativa, quando, criando a Escola, defere ao Poder Executivo, a prerrogativa de proceder a sua instalação, bem como pleiteia a inserção, no próximo Orçamento do Estado, de recursos necessários para atender o seu funcionamento.

Há que se convir ainda, de que a comunidade maringense se pronunciou favoravelmente a tal medida, fazendo-se ouvir na Câmara Municipal, através o incansável Vereador Midufo Vada, tendo sua proposição obtido aprovação unânime daquela Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra a presença no Plenário da Casa, dos seguintes senhores: Antônio Pedrosa (Santa Eliza); Valdomiro Fávoro (Ivaté); José Grande Russi, de Umuarama, Jorge Vieira e Elvino de Vicente, também de Umuarama, bem como, do Dr. Ronie Cardoso, Prefeito Municipal de Castro e Dr. José Gomes Colhado, do Município de Marialva.

No Pequeno Expediente, a Presidência concede a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério. (Declina).

Concede a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“As reformas anunciadas pelo Senador Petrônio Portela, correspondem à expectativa da opinião nacional, que deseja o Estado de Direito, mas não quer ver o Estado indefeso.

Nos contatos que venho mantendo com minhas bases políticas, tenho constatado que a divulgação do projeto de reforma do Governo Geisel encontrou a melhor das acolhidas.

A divisão das salvaguardas constitucionais em dois procedimentos — o Estado de Sítio e o Estado de Emergência — representam a tendência contemporânea de dar instrumentos de ação ao Poder Executivo nas emergências nacionais. Pelo sistema tradicional do Estado de Sítio, o Executivo pede que o Congresso autorize a implantação do regime excepcional por um período limitado; no Estado de Emergência a decisão é do Chefe do Governo, mas submetida posteriormente ao poder parlamentar.

Todos saudamos com alegria a volta ao Estado de Direito, que marca a superação de mais uma etapa da História Brasileira no rumo do desenvolvimento e do bem-estar social. Mas é preciso reconhecer como uma realidade a existência de tensões no mundo em que vivemos. Tensões que podem explodir em atos anti-sociais, das quais as mais perigosas são as conduzidas pelo comunismo internacional, em sua cartilha de guerra subversiva.

Cumpra, pois, assegurar a prevalência da liberdade com ordem. Como disse recentemente o Chefe do Governo da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt — a força do Estado democrático deve ser outorgada pelo consenso dos cidadãos. Mas o Estado livre, democrático e constitucionalmente governado não é, de forma nenhuma, indefeso.

Entendo que, os brasileiros responsáveis, amantes da liberdade e do auto-governo, reconhecem a necessidade de estabelecimento de mecanismos constitucionais que permitam armar o braço do Estado, para acorrer às crises que assaltam a sociedade de nossos dias.

Defendendo a democracia, é preciso protegê-la. Voltando às palavras do líder alemão ocidental, eu diria que “liberdade sem segurança é anarquia, como segurança sem liberdade é tirania.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano

Braga Côrtes., inscrito.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O Jornal O GLOBO, do dia 11 de maio do corrente, publicou um artigo sob o título — “Terrorismo sem véus”, que retrata uma grande verdade. Diz o editorial:— (Lê)

“Assistimos hoje neste País, à tentativa de fazer-se do terrorista brasileiro um caso à parte, com direito capitulações penais e tratamentos carcerários singulares, quem sabe mesmo privilegiados, quando têm que prestar contas dos seus atos à Justiça. Nessas horas muitos se esquecem de que o criminoso político capturado nas hostes do terrorismo — diferentemente do contestador teórico do regime revolucionário, do subversivo do panfletagem, do arregimentador a serviço do comunismo ou de qualquer organização política clandestina — responde freqüentemente por delitos gravíssimos, como o assassinato de pessoas inofensivas a sangue-frio.

Aparece então toda uma semântica para mistificar ou sublimar o crime do terrorista. Daquele que assassinou gratuitamente ou à traição um pai de família, um jovem inocente, uma autoridade indefesa, se diz que “justiçou” a vítima. Do assaltante, do ladrão de bancos, carros pagadores, supermercados etc., pronto para matar quem tente interceptá-lo, se diz que “expropriou”. E quando o terrorista tomba morto num combate de rua com os agentes responsáveis pela ordem pública, a semântica da subversão o considera assassinado ou fuzilado pelos órgãos de segurança.

Às vezes funciona nesses casos a emotividade fácil do brasileiro, prejudicando-lhe a visão nítida da realidade e facilitando o seu envolvimento por grupos ligados, através de laços ideológicos ou de família, aos terroristas que ora cumprem pena. Aos protestos dos condenados em processos absolutamente legais juntam-se aqui e ali as vozes dos “inocentes úteis”, dos aproveitadores da emotividade popular. E o preso terrorista, de extrema periculosidade, vai adquirindo, assim, a imagem de verdadeira vítima do Estado e da sociedade, que em vez de merecer as sanções da legislação de segurança nacional deve ser aquinhado com os benefícios da anistia ampla e irrestrita.

Convém a opinião pública estar informada, quando a humanidade chora o bárbaro assassinato de Aldo Moro e o terrorismo recebe a indignada condenação internacional, de que os criminosos políticos condenados no Brasil à prisão perpétua, ou outras pesadas penas, cometeram delitos semelhantes aos dos praticados pelos membros das “Brigadas Vermelhas”, do “Boader-Mainhof”, “Setembro Negro” et caterva.

Um dos irmãos de Queiroz Benjamin não vacilou em participar do assassinato de um jovem recruta então de sentinela no Hospital da Aeronáutica (a mãe desse terrorista, D. Iramaia, é a Secretária do Comitê Brasileiro Pró-Anistia). Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, para os quais se pede anistia com tanta veemência, mataram pacatos cidadãos e daí a prisão perpétua que hoje expiam: o primeiro, além de assassinar o gerente da Companhia de Cigarros Souza Cruz durante a “expropriação”, participou de um atentado à bomba num palanque de REcife; o segundo, condenado por duas vezes à prisão perpétua, participou do assalto à Souza Cruz e assassinou o Tenente da Aeronáutica Matheus Leviero dos Santos. Será por acaso a anistia a mensagem de conforto que nos cabe oferecer às viúvas e aos órfãos dos brasileiros imolados pelo terrorismo? Que espécie de ser humano desejaria, neste momento, propor o prêmio do perdão para os carrascos de Aldo Moro?

Toda essa ordem de considerações, evidentemente, não se aplica ao tipo de contestação ou subversão sem caráter terrorista, que não derrama sangue inocente nem produz o luto da viuvez e da orfandade, mas se limita ao ativismo ideológico, verbal ou panfletário, para atingir os seus objetivos. Não falta,

entretanto, quem procure confundir tais quantidades heterogêneas, a fim de extrair daí os proveitos da anistia indiscriminada. Essa tentativa de identificação de crimes políticos tão diversos constitui outra grave demonstração de insensibilidade moral dos complacentes de má-fé com o terrorismo."

Esse artigo que nós tivemos oportunidade de ler, do editorial do jornal "O Globo", nos sensibilizou, para que ocupássemos a tribuna, na tarde de hoje, a fim de que ficasse registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos, neste Poder Legislativo por diversas vezes vindo a esta tribuna, para nos referirmos sobre assuntos variados da administração pública, quer do Estado, quer da União, mas principalmente de algumas administrações municipais.

O Governo da União tem procurado através de propaganda até, tem insistido junto a diversos municípios e os Prefeitos têm procurado também realizar convênio e incentivo e aperfeiçoamento técnico administrativo em suas cidades, convênio este que dizem, obedece a mais avançada metodologia atualmente existente e que tal convênio é coordenado em nível nacional, pela Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, cabendo entretanto, a coordenação estadual à Secretaria de Estado das Finanças. Fizemos há alguns dias atrás, pronunciamento nesta Assembléia, sobre a aplicação deste convênio no Município de Piraquara, que faz parte da região metropolitana. E naquela oportunidade, mostramos desta tribuna, a má aplicação deste convênio, naquela municipalidade. E a nossa intenção na tarde de hoje, é mostrar que o Governo Federal, através desta ajuda que dá aos municípios, incentiva a que os Executivos Municipais, passem a explorar aqueles que contribuem anualmente, através do imposto territorial e predial. Dou um exemplo que vi à semana passada no Município de Contenda, que também faz parte da mesma região metropolitana, o Prefeito daquela cidade, Sr. Pedro Beçoni, contratou para realizar este convênio, seis ou sete meninos e partiu dentro do quadro urbano a medição das propriedades para o lançamento do imposto predial e territorial, e o resultado lá está, a cobrar cerca de quatro, cinco mil por cento a mais, diz ele apenas, que está revendo o valor venal das propriedades, quando isso não é verdade, está a taxar absurdamente, os munícipes daquele município. E se vê claramente, no lançamento dos impostos, quando começou na distribuição dos lançamentos, a barbaridade que cometeu ao colocar o imposto predial daquela cidade, lá nas nuvens, acontecendo apenas, um particular nesta história, que se vê no lançamento que o time dele, ou seja, os que fizeram parte da eleição municipal passada, como candidato da ARENA, o médico da cidade e Diretor do Hospital, e alguns apadrinhados do Prefeito, o lançamento do imposto lá em baixo, fazendo com que Contenda, pareça ser de propriedade daquele grupo da ARENA.

Estive em contato com companheiros nossos, e com o Presidente do MDB daquela cidade, Sr. Francisco Filla, com os Vereadores Fletcher e Sluga, amigos nossos e correligionários de campanha, e vimos através dos talões dos impostos, a barbaridade que se comete ali.

Inclusive, o Sr. Prefeito Municipal, após a nossa ida e antes mesmo, quando já comentávamos em outra estada naquele município, o recolhimento daqueles talões por achar através da pressão, daqueles que lá moram, a barbaridade que se comete em termos de imposto naquele município. Razão pela qual, deixo apenas alertado a esta Assembléia, para que não se diga que amanhã alguém desta Assembléia, não colocou o problema existente em diversos municípios, onde a aplicação é mal feita, deste convênio criado pelo Governo Federal.

Somente isso, Sr. Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito. (Ausente) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito. (Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Venho a esta tribuna para desejar à Seleção Brasileira sucesso na campanha da Argentina.

Faço-o na condição de parlamentar e torcedor, eis que pertencem a um País de mais de cem milhões de torcedores e técnicos de futebol.

Posso antever, Senhor Presidente e Senhores Deputados — com a segurança e a tranqüilidade de um oráculo — que teremos no mês de junho, vinte e cinco dias de paz e sossego.

É que as disputas da Copa do Mundo duram vinte e cinco dias. O Brasil inteiro está se preparando para ir a Mar del Plata e Buenos Aires e correr atrás da bola. O Brasil vai parar. Escolas, repartições públicas, comércio, indústria, profissionais liberais, todos fazendo a "corrente prá frente" do saudoso Miguel Gustavo, da Copa de 1970.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, rendo aqui minha homenagem ao futebol, um dos três grandes anestésicos sociais que o Brasil possui.

Na Roma dos Césares, pão e circo para o povo. No Brasil de Geisel, carnaval, futebol e INPS.

Quando em Roma o povo se revoltava, ameaçando sair às ruas, o Senado punha o Cesar de plantão em alerta e este determinava os jogos na arena, curiosamente — dois mil anos depois — sigla também de jogos.

O Brasil de hoje possui três grandes anestésicos sociais. Como o pão está difícil e o circo pertence a um grupo de privilegiados, temos aí o carnaval, o futebol e o INPS.

E passo a historiar, Senhor Presidente e Senhores Deputados. As grandes concentrações urbanas do litoral brasileiro, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, têm os seus calendários de otimismo e comportamento baseado em "antes" e "depois" do carnaval. É que sol, praia e mar predis põem o brasileiro litorâneo para os — digamos — folguedos de Momo.

Já as grandes concentrações de massa urbana no interior, como São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, têm no futebol os seus motivos de otimização.

Mas, tanto na beira d'água, como no interior, carnaval e futebol conseguem manter a massa nacional ocupada, alienada momentaneamente de problemas reais como inflação, custo de vida, salários achatados, desemprego, inviabilidade política, perspectivas futuras a níveis críticos.

Durante aqueles breves dias, parece que tudo vai bem, as dificuldades se distanciam, não existem dramas, nem soluções impossíveis.

Cumpra lembrar aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a importância do supremo anestésico social do Brasil que ao lado do carnaval e do futebol sustenta a chamada paz social de nosso País; é o INPS, INAMPS ou que sigla tenha.

Laboram em conceitos comodistas e confortáveis os que atribuem a segurança interna do País a esquemas, meios e métodos, a eles se adaptando por medo e alienação consciente.

O que, de fato, mantém o Brasil nos trilhos da ordem e nos trancos e barrancos do progresso, é o INPS.

Sem os serviços do INPS (e sem carnaval e futebol), já teríamos caído, pelas tabelas da convulsão social.

São as filas do INPS, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem sabe a última manifestação de democracia franca e aberta no Brasil. Às filas, as arquibancadas e gerais dos estádios e os salões e as avenidas carnavalescas, são hoje os únicos lugares onde o povo pode se reunir, discutir, decidir e fazer alguma coisa por si e pelos outros, unido e coeso. Sem pressões

e sem violência, uma democracia horizontalizada e igualitária.

Com o carnaval extravasando com o futebol motivando e com o INPS tentando manter um mínimo da saúde, eis aí um país tranqüilo.

Sem essa trilogia, habilmente criada e mantida — assim como os Césares souberam fazer — o País não se sustentaria.

Por essa razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando desponta no horizonte a perspectiva de vinte e cinco dias tranqüilos e anestesiados, eu venho desejar que a nossa seleção de futebol tenha pernas e garra para — nas batalhas de noventa minutos cada uma — manter a condição alienadora que, subconscientemente leva na ponta das chuteiras."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sou partidário de toda crítica responsável e construtiva.

Conseqüentemente, me filio entre aqueles que abominam a crítica irresponsável e destrutiva.

A "Folha de Londrina", de quinta-feira próxima passada, publicou uma nota nos seguintes termos:

"Sanepar raciona a água mas estica os preços", diz Valter Pietrângelo.

Em requerimento apresentado na Assembléia Legislativa do Estado, o Deputado Valter Pietrângelo pediu envio de expediente à diretoria da Sanepar, solicitando informações sobre quais os critérios adotados na cobrança das taxas de consumo de água dos moradores da cidade de Paranavaí, bem como dados concernentes à sistemática de cálculos relativos à contribuição para o serviço de coleta de esgoto sanitário.

Pietrângelo pediu ainda, em seu requerimento, informação sobre qual o estágio em que a companhia expede talões ao consumidor, quando está construindo as redes respectivas.

Na justificativa, o parlamentar disse que bastaria ouvir as reclamações não só das autoridades legislativas daquela cidade, como também do povo em geral, quando afirmam que a Sanepar está praticando autêntica extorsão em Paranavaí, cobrando importâncias absurdas, lançando os consumos fantasmas, e procedendo a taxação de obras inexistentes como, por exemplo, a rede de esgotos.

O procedimento da Sanepar em Paranavaí, é a prova incontestável da incompetência que domina o seu setor administrativo.

Pois é algo de estarecedor, capaz de escandalizar e provocar a revolta popular.

As contas de água dão saltos gigantescos de um para outro mês, e as reclamações não são ouvidas e, quando elas ocorrem, não são atendidas.

Em contato com o povo de Paranavaí, o Deputado Valter Pietrângelo constatou o sobressalto que impera na cidade, principalmente no seio do operariado, a grande parcela da população que não dispõe de recursos financeiros para cumprir os compromissos de primeira ordem, e já sofre diante da imposição natural da taxa mínima para o consumo de água.

Outro aspecto negativo, observado pelo Deputado Valter Pietrângelo, naquela cidade, do Noroeste do Estado, é o lançamento da taxa de esgoto sanitário, que ainda não está funcionando em nível total.

Além de muito alta a importância lançada, é indevidamente no mesmo carnê de consumo de água. Daí gerar o clamor popular.

Para concluir, disse o Deputado, — a atitude da Sanepar de Paranavaí pode ser considerada atentatória à economia popular, desrespeitando todos os dispositivos que têm sido preconizados pelo Governo Central, para estabilização do

custo de vida nacional.

Com isto é baldado o esforço que vem sendo exigido pelas autoridades, para se conseguir atingir um estágio de sobrevivência em comum. É inadmissível que exatamente numa época em que se está racionando o fornecimento do líquido a Sanepar resolva extorquir a bolsa do povo."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de estarecer o requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo ter sido aprovado por esta Assembléia, quem sabe num dia de sexta-feira, com as cadeiras vazias. Certamente, se as cadeiras estavam vazias, os poucos Deputados que compareceram na sexta-feira, inclusive os da Aliança Renovadora Nacional, a quem deveria defender o órgão estadual, deveriam estar cochilando, porque não concebo que um requerimento deste teor tenha sido aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado.

Certamente, o nobre Deputado Valter Pietrângelo visou muito mais, através da demagogia, a conquista do voto na minha cidade de Paranavaí, visou muito mais a atingir o Deputado que naquela cidade tem domicílio eleitoral e considera a sua área de influência política. Respalçado pelo voto popular.

Foram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cerca de oito mil votos nas eleições passadas. Gostaria, não me inveja isto, que o nobre Deputado Valter Pietrângelo tivesse princípios, e tantos votos, para que fosse, quem sabe, até o candidato a Senador, do Movimento Democrático Brasileiro, nas próximas eleições. Mas, fazendo política como está, investindo contra os companheiros, fazendo afirmativas inverídicas, desta Assembléia, Sua Excelência, sem a menor noção do que seja ética parlamentar, consegue ou tenta conseguir por em cheque o prestígio de um Deputado que, tudo faz, para cumprir o seu dever, nesta Assembléia, inclusive fazendo oposição construtiva e respeitável ao Governo do Estado do Paraná. No entanto, Sua Excelência à cata de votos às vésperas de eleições, procura impressionar a classe operária da cidade de Paranavaí, da minha cidade, objetivando a conquista do voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, afinal será que isto é política? Será que isto é, realmente, o verdadeiro significado de política? Eu não entendo política, com essas atitudes! Eu entendo política, sinônimo de lealdade; eu entendo política, sinônimo de ética parlamentar; eu entendo política-verdade; eu entendo política-crítica construtiva; eu entendo política-respeito ao Governo, respeito às autoridades, para se ser também respeitado.

Mas, vejamos, em síntese, a nota de Sua Excelência o nobre Deputado Valter Pietrângelo:

"A SANEPAR está praticando autêntica extorsão".

É lamentável, e isto não é privilégio de bacharel, nem de advogado. A ciência do Direito não é privilégio de ninguém. Sua Excelência, como parlamentar, já deveria saber o que é extorsão. Não quero dar, a Sua Excelência, o meu conceito, mas eu faço, recorrendo ao Dicionário de Tecnologia Jurídica, de Pedro Nunes, para dizer a Sua Excelência, o que é extorsão.

"EXTORSÃO: Delito que se caracteriza no fato de o agente constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a fazer, tolerar que se faça, ou, deixar de fazer alguma coisa, com o intuito de obter para si ou para outrem, indevida vantagem econômica".

Eis aí o significado de extorsão, que, se porventura fosse do conhecimento do nobre parlamentar, não teria usado, na justificativa do seu requerimento, indevidamente aprovado por esta Assembléia, num cochilo dos Srs. Deputados inclusive os meus companheiros do MDB, e os ilustres Deputados da Aliança Renovadora Nacional.

"A SANEPAR está praticando autêntica extorsão em Paranavaí, cobrando importâncias absurdas, lançando consumos fantasmas e procedendo a taxação de obras inexistentes".

Obras inexistentes?!

Obras inexistentes?

Então a SANEPAR está cobrando taxas de serviços de obras inexistentes?

Eu convido o nobre Deputado Valter Pietrângelo a conhecer as obras existentes na minha cidade de Paranavaí. "O procedimento da SANEPAR em Paranavaí é prova incontestada de incompetência administrativa, pois é algo de estarecedor, capaz de escandalizar e provocar revolta popular". Algo de estarecedor — é bom que se repita — capaz de escandalizar e provocar revolta popular".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Deputado sou eu, inútil nesta Assembléia Legislativa do Estado, que algo de estarecedor e capaz de escandalizar a opinião pública e o Deputado que teve oito mil votos nada sabe, é omissor no entendimento do Deputado Valter Pietrângelo. Que Deputado sou eu? Naturalmente as eleições futuras me darão a resposta, cassando-me o mandato, quanto mais me remeter à Assembléia Legislativa e conferir ao Deputado Valter Pietrângelo, que tanto interesse tem pela minha cidade de Paranavaí, a votação que eu auferir.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, em contato com o povo de Paranavaí, o Deputado Valter Pietrângelo construiu sob saldo de miséria na cidade, principalmente no seio do operariado, a grande parcela da população.

Outro aspecto negativo é o lançamento da taxa de esgoto sanitário e que ainda não está funcionando em nível total.

Esgoto sanitário que não está funcionando em cidade alguma do mundo, obra de esgoto sanitário concluída, a não ser que Sua Excelência o nobre Deputado, faça o crescimento da cidade pagar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, somos um país, segundo entendimento do pronunciamento do Deputado Otássio Pereira, amantes do futebol, com cem milhões de habitantes, amantes do circo também, existem muitos que na época de eleição penetram no circo à cata de votos.

Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu não sei qual seria a maneira mais honrosa de abandonarmos até política, porque se a política for campo para homens de caráter, só vejo um caminho. É o caminho dito por alguns homens de bem, a política não é meio para homem de bem.

É preciso respeito, Senhor Presidente, é preciso que se tenha dignidade para o exercício da função pública e política.

Quem deveria estar aqui nesta tribuna, seria o Deputado Wilson Fortes, ilustre membro da Aliança Renovadora Nacional, para defender a minha cidade, como o Deputado vinculado às hostes governamentais, não eu, o Deputado Waldenício Barbalho. Eu estou de maneira constrangida nesta tribuna e por que, Senhor Presidente? Em parte há o constrangimento, mas em parte não. Porque se Sua Excelência com tanto interesse ver a minha cidade de Paranavaí, objetivando por em dificuldades o Deputado, que tantos votos recebeu, esquece a sua, onde ele tem domicílio eleitoral, esquece inteiramente.

Até a imprensa respeita, até mesmo a imprensa dá lições de ética aos Deputados, quando diz e quando se refere aos Deputados Waldenício Barbalho - MDB-Paranavaí e Valter Pietrângelo - MDB - Maringá.

É como se a cidade fosse a sua própria casa e o seu domicílio, e eu vejo o meu domicílio invadido, não para a conquista de votos, porque essa liberdade ele tem e todos têm também, eu vejo o meu domicílio invadido através de um requerimento demagógico, pura e simplesmente.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a situação, — é preciso que se faça um confronto entre os serviços públicos prestados pela Sanepar que tem as suas falhas; e eu até mesmo poderei, desta tribuna, dizer quais as falhas e quantas são. Se lá, em Paranavaí, eu estou há tantos anos, há cerca de 24 anos, eu poderei dizer à Assembléia toda, que o coração de minha pequena propriedade de apenas 51 alqueires de terra, foi des-

proprioado, e se encontra lá a captação de águas para o atendimento à minha cidade de Paranavaí. E concordei com a desapropriação. Mas não dei o preço. Naquela oportunidade, eu era Vereador, e disse a Sua Excelência o então Prefeito Municipal e, hoje, novamente no terceiro mandato, Dr. José Vaz de Carvalho, que nomeasse uma comissão de homens dignos, honestos e capazes para avaliar o bem e o que a comissão determinasse eu aceitaria o preço; e o preço foi determinado e eu aceitei e o coração da minha propriedade foi desapropriado. É lá onde se localiza a captação de água.

Poderão fazer as críticas à SANEPAR porque lá está uma draga há cerca de 2 anos, impotente, incapaz de retirar a areia que está tomando conta da represa e a cidade, quem sabe, ameaçada de não ter água num futuro bem breve, num futuro bem próximo. Poderei fazer críticas à SANEPAR porque recebeu de mão beijada todo o acervo do município e, até hoje, nada fez para melhorar o abastecimento de água de minha cidade de Paranavaí; mas, não poderei dizer, de maneira nenhuma, o que disse o nobre Deputado Valter Pietrângelo, através desse requerimento; de maneira nenhuma, porque seria contra os meus princípios.

Mas, fazendo um confronto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entre o abastecimento de água, entre o serviço de água e esgoto de Paranavaí e a cidade de Maringá, então eu vou solicitar o nobre Deputado Valter Pietrângelo que acorde. Acorde deste sonho profundo; a sua tranquilidade, em Maringá, é de tal ordem que só acorda ao meio dia. O sonho é profundo, realmente.

Façamos um confronto entre a SANEPAR, o comportamento administrativo da SANEPAR, em Paranavaí, e a CODEPAR de Maringá.

Nobre Deputado que me solicitou o aparte, por favor, um instante; oportunamente concederei o aparte.

Em Paranavaí — água — a ligação, custa Cr\$ 511,00; nesta quantia está incluído o medidor e o cavalete, é uma expressão técnica que corresponde a canos e mais alguma coisa, objetivando-se a ligação completa; custa Cr\$ 511,00.

Em Maringá - a ligação - preço: aproximadamente Cr\$... 1.300,00; a ligação até a porta da residência custa Cr\$ 472,00; e a Companhia cobra, ainda mais, o preço do hidrômetro e o cavalete que dá, aproximadamente, mais ou menos, a importância de Cr\$ 1.300,00.

Maringá, a taxa mínima, isto é, por 15 m³ de água, o usuário paga Cr\$ 22,35, porque atualmente Maringá cobra Cr\$ 1,49 o m³.

Em Paranavaí, a taxa mínima é de 10 m³ e custa Cr\$... 30,24.

Eis aí o confronto que favorece, a bem da verdade, a cidade de Maringá.

Em Paranavaí, a taxa mínima, isto é, 10 m³, custa, repito, Cr\$ 30,24, mais ou menos, Cr\$ 3,00 o m³.

Esgoto — Paranavaí não cobra o preço da rede; nem a ligação.

E, Maringá?

Maringá cobra Cr\$ 6,20 por m² de área. Vamos dar um exemplo: se a residência de qualquer nobre Deputado, do nobre Deputado Valter Pietrângelo, que se localiza em Maringá, e o seu terreno mede 400 metros quadrados, ele então, terá que pagar Cr\$ 2.480,00 pela ligação.

Paranavaí, se o meu terreno tem 600 metros quadrados, a Sanepar não me cobra nada.

É por isso, Srs. Deputados, que eu disse que quem deveria estar na tribuna seria o nobre Deputado Wilson Fortes, mas a bem da verdade é preciso que se faça um confronto e diga-se que o nobre Deputado Valter Pietrângelo fecha os olhos com relação à sua cidade sede e abre demais com relação às cidades sede de outro Deputado.

A taxa de esgoto é calculada sobre o consumo da água,

que é 80% sobre o valor do consumo da água. Essa taxa de 80% reprovada pelo nobre Deputado em seu requerimento, é idêntica na cidade de Maringá, que também é 80%.

Paranavaí - o sistema de tratamento de água é denominado aerado, é uma expressão técnica. Consiste em injetar através de aeradores, oxigênio no esgoto das lagoas, objetivando a eliminação quase que total das bactérias. Esse sistema considerado o mais moderno tem a cidade de Paranavaí, como pioneira do Estado do Paraná. Através dele se obtém índice de eliminação de matéria orgânica, até 90%.

Srs. Deputados, o sistema de esgoto de Paranavaí é o pioneiro do Estado do Paraná. Será favor? Deve ser. Porque Paranavaí foi das grandes cidades, naquela oportunidade e a primeira que cedeu contra o meu voto em Paranavaí, todo o acervo de bens para o Estado. Pois bem, em retribuição o Estado lhe deu o sistema pioneiro em matéria de esgoto no Estado do Paraná. Nem Curitiba tem. É o sistema aerado de injeção de oxigênio para destruição das bactérias. O sistema de Maringá é completamente diferente. São três lagoas sucessivas, sendo que se obtém na última delas que se chama facultativa, uma percentagem quase igual a de Paranavaí.

Mas o sistema de Paranavaí é mais moderno, mais perfeito e importado dos Estados Unidos, através da técnica moderna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis aí porque num confronto desta ordem, vejo que o nobre Deputado Valter Pietrângelo fecha os olhos com relação à sua cidade sede, na qual tem tantos amigos e para a qual respeitando, sobretudo os companheiros do meu partido e do partido adversário jamais tomarei a iniciativa de qualquer proposição, porque se o fizesse faria restrições à minha sensibilidade de homem público; se o fizesse eu não poderia dizer que estava respeitando o princípio de ética parlamentar. Não tomarei nenhuma providência com relação às cidades sedes dos ilustres Deputados do meu partido e do partido adversário.

Sou Deputado estadual. Estou aqui para decidir, para examinar todos os processos, mas esta iniciativa objetivando a conquista de voto no âmbito eleitoral eu a condeno, fruto da minha formação moral.

Não posso admiti-la e é por isso que com toda a liberdade que eu tenho, venho à tribuna para reprová-la. Venho à tribuna para dizer o que tem feito a Sanepar na minha cidade de Paranavaí. Aqui faço restrições, mas aqui sou obrigado também, por um dever, de dizer a verdade também, fazendo um confronto com a cidade de Paranavaí, e dizer o que está ocorrendo em Maringá, que é serviço autônomo, pertencendo ao município e o que está ocorrendo em Paranavaí, serviço do Estado, pertencendo à Secretaria do Interior, através da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a me permite um aparte? —

(Assentimento) Eu vou pedir a compreensão de V. Ex.^a para declinar do aparte, e solicitar do Sr. Presidente, que me inscreva em Explicações Pessoais, porque absolutamente, eu poderia não estabelecer uma polêmica com V. Ex.^a, que eu não desejo. Mas, apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esclarecer determinados aspectos da vibrante oração do Dr. Waldenício Barbalho, e o tempo é muito exíguo, me parece que o tempo que V. Ex.^a dispõe na tribuna já está se esgotando. O que resta, se houver companheiros que desejarem apartear, nós declinamos então, e pedimos novamente ao Sr. Presidente, que faça a nossa inscrição para as devidas explicações, após a Ordem do Dia.

O Sr. Adalberto Daros — V. Ex.^a permite um aparte? —

(Assentimento) Sr. Deputado Waldenício Barbalho. Escutei com bastante atenção a colocação que V. Ex.^a fez, sobre o assunto em tela. Devo dizer a V. Ex.^a que sempre procurei respeitar também, todos os companheiros da minha bancada, no que diz respeito à sua área de atuação, e à sua conduta como

político nesta Casa.

Mas, o Deputado Pietrângelo, justifica bem o seu slogan para esta campanha: "O Deputado do Paraná". E o Deputado Pietrângelo se preocupa realmente, com todos os problemas do Paraná. Tanto é fato, que fez uma colocação sobre Paranavaí, e na sessão do dia de hoje, faz uma colocação também sobre o Município de Antonina, no litoral, a área que nós representamos, inclusive, sendo o Deputado mais votado naquela cidade.

Razão pela qual, eu fico agora, Deputado, a pensar, da preocupação do Deputado Pietrângelo com o Paraná. Entendi a sua colocação. E a minha, meu caro Deputado, procurarei numa outra oportunidade, e logo esta semana a colocá-la também. Somente isto.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho comentado com amigos meus, da minha cidade, de Paranavaí, da quase inutilidade do mandato parlamentar. Consequência natural do regime em que vivemos. O parlamentar não tem direito de ter iniciativas; o parlamentar não tem o direito de fazer projetos que importem em despesa pública. O Poder Legislativo há muito tempo, desde a Revolução, desde os Atos Institucionais deixou de ser Poder, para ser um instrumento do Poder Executivo. Estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dizer sim ao Governo, e nem sempre a dizer não ao Governo. Como aconteceu, não na Assembléia Legislativa, mas no Congresso, que quando deu não ao Governo, às reformas propostas, o Congresso foi fechado. O que nós lutamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é pelo Direito de reaver para o Poder Legislativo, as suas verdadeiras prerrogativas. Se não conseguirmos o que será de nós, Deputados inúteis, para na Assembléia Legislativa, estarmos aqui a aprovar votos, de solidariedade, de louvor, quem sabe, até mesmo a Jesus Cristo, como fez o nobre Deputado Valter Pietrângelo. Será que nós temos que viver eternamente a soltar confetes, votos de louvores, cidadania benemérita, elogios, aos homens do Executivo? Será que temos que rastejar eternamente como vermes, sendo membros de um poder como somos, o Poder Legislativo, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Vejo em tudo isso, como dizia, inicialmente, a quase inutilidade do exercício do mandato parlamentar. Só temos uma; para não dizer que é inútil, totalmente inútil o Poder Legislativo; o poder de fiscalizar, o poder de denunciar.

Mas, aí de nós, se não o fizermos dentro dos princípios da verdade, da moral, do respeito às instituições e aos homens e aos cidadãos. Dentro do princípio de ética parlamentar. É isso que nós queremos conquistar para o Poder Legislativo, afora aquelas prerrogativas de que falei. Aí de nós, se não fizermos esta fiscalização dentro desses princípios; que autoridade teremos no futuro, de fazer críticas ao órgão do Governo e vier a informação para a Assembléia Legislativa, desmentindo a nossa crítica. Então, o que será o Deputado? Por mais elegante que seja o Governo, é o Deputado que não disse a verdade. Isso desmoraliza, isso desprestigia o nosso Partido. Isso desprestigia a Oposição. Queremos oposição consciente, e não poderá ser, Sr. Presidente, já concluo, e não poderá ser jamais senão dentro destes princípios que devem ser louvados, e repudiados todos aqueles que vêm ao encontro das verdadeiras teses e dos verdadeiros princípios que estão dentro do programa do Movimento Democrático Brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar os 15 minutos que lhe são reservados. **(Pausa)**. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pode parecer estranho, pode parecer a alguns até chocar.

te, pode até àqueles não afeitos e não habituados ao exercício do livre-debate, do entrecchoque de idéias, pode parecer questão da mais séria e da mais funda repercussão, o que esta Casa acaba de assistir.

Todavia, o que hoje começou e por certo hoje não encerra, apenas revela que os homens que formam a nossa bancada, que os homens que integram o Movimento Democrático Brasileiro, firmes e decididos, na sua luta pela liberdade e pela democracia, fazem talvez tantas vezes, transbordar para o recinto deste Plenário, questões que, aos mais acomodados, devesse talvez ser recomendado o ambiente fechado de 4 paredes, pouco arejadas.

Tenho certeza que, pelo debate, que pela divergência, que pela polêmica, é que haveremos de encontrar o melhor caminho, que haveremos de perseguir o melhor objetivo, que haveremos de atingir as melhores metas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna hoje, entretanto, para tratar de outra questão.

Venho para falar diante de um quadro que, se não ocorre em nosso Estado, se verifica no Brasil, e com ampla repercussão na vida nacional, na vida dos brasileiros, na vida da Nação e do País.

E me parece deva preocupar a todos aqueles que possam ter parcela de responsabilidade na vida do Estado.

"O unitário Governo Federal classifica como ilegítimo o movimento das classes trabalhadoras em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Mais de 40 mil trabalhadores, das indústrias de "ponta", como metalúrgicas, mecânicas e eletrônicas, decidiram pressionar os dirigentes das grandes empresas, procurando chegar a um acordo salarial compatível com o custo de vida.

Nós sabemos, a Nação inteira sabe, que as classes trabalhadoras têm razão. Uma razão que ultrapassa os limites da classificação que os funcionários do Poder possam fazer e anunciar. Muito acima das tipologias que o Sistema possa engendrar está o direito natural à sobrevivência.

Não é o fato de o salário-mínimo afrontoso ser fixado em Cr\$ 1.500,00 mensais que vai esconder o fato de que o poder aquisitivo popular se vem deteriorando nos últimos anos. Não esconde a realidade de que, em comparação a 1959/60, o salário-base deveria hoje estar por volta dos Cr\$ 9.000,00.

Os trabalhadores brasileiros não estão mais dispostos a aceitar as investidas demagógicas do governo, melhor dizendo, do Poder, em favor de um modelo econômico desmoralizado e que nos leva à miséria em favor de um clube de privilegiados.

O governo, valendo-se de um parecer jurídico de quem não pode avaliar a legitimidade ou ilegitimidade, afirma que a greve é ilegítima.

Entretanto, como pode uma fonte ilegítima determinar a legitimidade de ações sociais? Pois não é esta a causa primeira da grande crise que se abate sobre a nação tutelada?

A autoridade autoinvestida afirma seus princípios exclusivos contra as classes sociais que expressam suas necessidades. E essas classes sociais têm direitos até naturais, de sobrevivência e dignidade, de participação nos seus próprios destinos.

Configura-se então, um confronto entre a necessidade e a autoridade, entre as liberdades fundamentais e o arbítrio.

E nós já estamos cansados, como cansada está a Nação brasileira, de viver e conviver com o arbítrio, o predomínio da exceção e o casuismo. Cansados estão os operários, todas as classes trabalhadoras da cidade e do campo. Toda a Nação se extenua neste pesadelo sem fim.

Os dirigentes das empresas afetadas pela greve não tomaram, modo geral, nenhuma medida de restrição ao movimento operário. Ao contrário, dispuseram-se a dialogar, mas esperando que as autoridades responsáveis manifestassem o que é de Justiça, legítimo, legal, direito.

E aí novamente está a questão: como dirimir a legiti-

midade e a Justiça?

Ignorando toda essa problemática, muito profunda e reveladora de uma crise em rápido desenvolvimento, o Ministro do Trabalho deita falação, para dizer que sua função é cumprir a lei e que a greve é ilegítima.

O Ministro Arnaldo Prieto, diz, em outras palavras, que as classes trabalhadoras não podem expressar suas necessidades. Não podem afirmar que têm direito à sobrevivência e à dignidade, porque isso não é legítimo. E não podem expressar seu direito natural negociando com seu principal meio, que é o trabalho.

Porém, muito mais profundo e coerente do que pode dizer o governo, um documento, lapidar, vai à raiz das questões que caracterizam a ação de governo e da administração pública, Documento que supõe o Estado como forma do consenso social...

Diz a "Carta aos Brasileiros": "...Sustentamos que só é legítima a lei provida de fonte legítima.

Das leis, a fonte legítima primária é a comunidade a que as leis dizem respeito; é o povo ao qual elas interessam — comunidade e Povo em cujo seio as idéias das leis germinam como produtos naturais das exigências da vida...

A fonte legítima secundária das leis é o próprio legislador ou o conjunto dos legisladores, de que se compõem os órgãos legislativos do Estado. Mas o legislador e os órgãos legislativos somente são fontes legítimas das leis, enquanto forem representantes autorizados da comunidade, vozes oficiais do povo, que é a fonte primária das leis. O único outorgante de poderes legislativos é o Povo.

Somente o Povo tem competência para escolher seus representantes. Somente os representantes do Povo são legisladores legítimos..."

Para não trair a nossa formação. Para não abdicar de princípios universais que resultaram de um longo processo social, a que chamamos civilização e modernidade. Ficamos com a "Carta aos Brasileiros" e não aceitamos a posição do governo unitário; não admitimos a jurisprudência do Ministro Arnaldo Prieto.

Sabemos que acabará triunfando o direito natural e a razão. E que não se poderá por muito mais tempo tripudiar sobre as necessidades das classes sociais brasileiras.

Que o governo faça o que pretende fazer, baseado na força. Mas não invoque legitimidade e legalidade que não tem. Que o governo assuma sem artifícios legalistas as consequências políticas e sociais de seus atos, porém com a certeza de que se aproxima o fim desse reinado da ilegitimidade, do arbítrio e do arrocho". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Consulto a liderança da Arena, se deseja ocupar os quinze minutos que lhe são reservados.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Tendo declinado, encerra-se a Hora do Expediente, passando-se à

ORDEM DO DIA:

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pediria a V. Ex.^a que autorizasse a chamada nominal, porque me parece que não há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Defiro a questão de ordem do Deputado Domício Scaramella. O Sr. 1.^o Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Responderam à chamada 24 Srs. Deputados. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, Emenda n.^o 1, ao Projeto de Lei comple-

mentar n.º 177/77, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Emendas n.ºs 2, 3 e 4, ao Projeto de Lei complementar n.º 177/77, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiadas.** — Serão anexadas ao projeto.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em sua fase de discussão:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 178/77, que objetiva conferir ao Poder Executivo para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características especifica. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 178/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 2.393,94 metros quadrados, constantes das datas n.ºs 8 e 9, da Quadra n.º 37 da Zona 7, da Planta da cidade de Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, adquiridas conforme transcrição número de ordem 2.555, do Livro 3-C, do 3.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, pela área de terreno com 2.393,12 metros quadrados, constante da Quadra n.º 47-B da Zona 5, da Planta da cidade de Maringá, de propriedade do Município de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/77, de autoria do Deputado Lineu Turra, que inclui no Plano Rodoviário Estadual para pavimentação asfáltica a estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul. Com parecer Contrário da C.C.J., por maioria, e Favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 59/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário do Estado, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão é uma antiga aspiração da região. Além do que significa para os três municípios da sua base, é de salientar a sua importância como um dos corredores de exportação de toda a região sul e sudoeste do Estado.

Acresce também destacar a importância dos municípios a que o presente projeto visa contemplar com a rodovia em questão, sabidamente vêm contribuindo com grande parcela de

produção agrícola para a economia do Estado, sem contar ainda no que diz respeito à erva-mate e madeira, sem no entanto, em contrapartida, receberem o retorno da sua participação num atendimento compensativo pelo Poder Público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 59/77

Voto em separado

O eminente Relator da matéria, nobre Deputado Dácio Leonel, usando o argumento de que o projeto é flagrantemente inconstitucional, tendo em vista que a Constituição Estadual, em seus artigos 25 e 35, estabelece que a iniciativa de leis que aumentem a despesa pública são da competência exclusiva do Poder Executivo, concluiu por sua rejeição.

No caso em tela, nossa posição é diversa.

Não estamos diante de um projeto de lei que impõe ou determina qualquer medida ou ação que, ao final ou de qualquer forma, venha a comprometer o erário.

Trata-se isto sim, de mera AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, para que o Poder Executivo inclua no Plano Rodoviário do Estado, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul, o que é bem diferente se o referido plano de lei estivesse redigido em termos incisivos e usando as expressões: "fica incluído no Plano Rodoviário do Estado".

Contra esta nossa argumentação, poder-se-ia dizer que o Poder Executivo, tendo em vista suas próprias prerrogativas, já está autorizado a tomar tal iniciativa, invalidando assim, a medida proposta. No entanto, se o Poder Executivo não o fez até o presente momento, serve o projeto para alertar da necessidade da execução da obra indicada, o que, em última análise, só virá trazer grandes e inúmeros benefícios a uma ponderável parcela da população de nosso Estado.

Em face de tais circunstâncias, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei n.º 59/77.

Sala das Sessões, em junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 59/77

De autoria do nobre Deputado Lineu Turra, tem por objetivo o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a incluir no Plano Rodoviário do Estado, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul.

É sabida a importância dos três municípios que seriam ligados pela pavimentação asfáltica, que aqui se pretende, como também a significação que tal medida representaria para o escoamento de sua produção agrícola, que muito contribui para a riqueza do Paraná.

Entretanto, a Constituição Estadual, nos seus artigos 25 e 35, estabelece que as leis que AUMENTAM A DESPESA PÚBLICA, são da competência exclusiva do Poder Executivo, razão porque esta Casa não pode dar acolhida a este plano de lei, pois o mesmo consubstancia exatamente aumento da despesa pública, o que é vedado pela nossa Carta Política, uma vez que parta a iniciativa do Poder Legislativo como no caso em exame.

Nestas condições, o projeto de lei em tela é flagrantemente inconstitucional, e o nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 59/77

Pretende o eminente Deputado Lineu Turra, com o presente Projeto de Lei, incluir no Plano Rodoviário do Estado, para execução, a retificação e a pavimentação asfáltica da estrada

da Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul, com a prioridade que está por merecer.

Incontestável a validade da propositura do nobre Deputado, visto a importância dos municípios que serão beneficiados com a obra solicitada, considerando ainda a contribuição que os mesmos têm oferecido ao progresso e desenvolvimento do nosso Estado.

Por haver viabilidade financeira e méritos louváveis da propositura em tela, oferecemos parecer FAVORÁVEL, aconselhando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Del Ciel, Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

De autoria do nobre Deputado Lineu Turra, o presente Projeto de Lei nº 59/77, visa autorizar o Poder Executivo a incluir no Plano Rodoviário do Estado, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, restrita a análise da matéria referente a questão das obras e viação públicas, temos que o projeto se reveste da mais alta significação, pois que atende aos reclamos de uma das regiões que pela sua importância, desempenha papel dos mais elevados no desenvolvimento do nosso Estado.

Sem dúvida alguma, com o presente plano de lei, o Legislador está demonstrando o cuidado com que vem merecendo o atendimento das necessidades básicas da região que representa neste Poder.

Com isso, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1978.

(a) Fuad Nacli, Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 135/77, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dá nova redação conforme específica, ao artigo 171 da Lei nº 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado). Com pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 135/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O artigo 171 da Lei nº 6174, de 16/11/70, (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171 — Ao funcionário que completar 25 anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 anos de serviço, se do sexo masculino, será acrescido seus vencimentos cinco por cento (5%), por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento (25%).

§ — O benefício do presente artigo, terá vigência a partir da Lei nº 6174, de 16/11/70, nos termos do artigo 75, Item I, alínea “a” da Constituição do Estado do Paraná, reajustando-se os proventos da funcionária já aposentada.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

1. — O Décimo Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, reunido em Curitiba, de 22 a 28 de outubro do ano passado, houve por bem, discutir e aprovar a TESE denominada “APOSENTADORIA DA MULHER”, de autoria do Presidente da Fundação “Casa do Trabalhador”, ex-Deputado

Estadual Aldo Laval - conforme exemplar incluso, que se integra a esta justificativa, impresso pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), e divulgação do respeitoso órgão local, “Diário do Paraná”, edição de 27 de outubro de 1976, conforme se vê pela fotocópia que a esta se junta.

Mesmo antes, quando do transcurso do ANO INTERNACIONAL DA MULHER, o referido autor fizera publicar no tradicional jornal “Gazeta do Povo”, em sua edição de 21 de setembro de 1975, um trabalho no mesmo sentido que dada a grande repercussão alcançada, foi a requerimento do ex-Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, em inteiro teor transcrito nos Anais da Câmara Municipal de Curitiba.

2. — Por sua vez, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal, destinada ao estudo e defesa dos justos anseios da mulher brasileira, tomou conhecimento da tese em apreço, que foi remetida por intermédio de um dos nobres representantes do nosso Estado, com assento naquela Casa Legislativa.

3. — Eis que, agora, conforme amplo noticiário inserido pela imprensa do País, S. Ex.ª o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, acaba de encaminhar ao Congresso Nacional, uma Mensagem, no sentido de que se cumpra o Texto Constitucional, que consagra ao homem e à mulher funcionários públicos, o mesmo direito por ocasião de sua aposentadoria, acatando o entendimento contido na exposição de motivos formulado pelo Diretor do DASP, nos seguintes termos: “Exmo. Senhor Presidente da República.

A Constituição de 1967, em seu artigo 100, item III § 1.º, reduziu para 30 anos de serviço a aposentadoria voluntária destinada às mulheres funcionárias públicas, e que foi o que foi ratificado pela Constituição de 1969, § único do artigo 101;

Concomitantemente, não ocorreu a adequação da Lei Ordinária (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União) Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, para que o benefício se efetivasse em toda a plenitude, como reconheceu a douda Consultoria Geral da República, nos pareceres nºs 604-H, de 05/12/67 e 767, de 20/11/68;

E que, embora a Constituição reduzisse o prazo de aposentadoria voluntária da mulher funcionária pública, a concessão de vantagens, em razão de exercício, por determinado prazo, de cargo em comissão e função gratificada, prevista no artigo 180 da Lei 1711, de 28/10/1952, continuou na dependência de contar a mulher os 35 anos de serviço público, como estipulado nesse dispositivo da Lei Ordinária.

O número de reivindicações a esse respeito, chegando ao conhecimento de Vossa Excelência, sensibilizou a tal ponto, que determinou estudos do DASP, para que a mulher funcionária pública, possa obter o benefício integral com a redução de tempo de serviço na passagem voluntária para a inatividade.”

4. — Logo, parece-nos ser oportuna a reparação imediata, também a nível estadual da anomalia, que ocorre quando facultada a legislação a aposentadoria da mulher após 30 anos de serviços, porém não prevê o acréscimo anual de cinco por cento (5%), sobre os respectivos vencimentos desde que completa ela 25 anos de funções públicas.

Esta omissão, portanto, tem prejudicado à servidora, tanto na percepção dos seus vencimentos, quanto dos proventos de aposentadoria, forçando-a a completar o tempo de 35 anos para então se aposentar com a vantagem dos 25% de adicionais.

5. — Como se vê, o presente projeto não vem inovar, mas sim, reconhecer um justo direito das servidoras, que tem contribuído ao longo dos anos com a administração estadual na perseguição das metas progressistas.

Diante destas deduções e por outras razões que poderão ser levantadas nas luzes do saber dos nobres Pares, esperamos seja o presente plano de lei aprovado pela Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 135/77.

Preliminarmente, o projeto importa em aumento de despesa. Entretanto, não vemos nisso empecilho à sua aprovação, conforme tese que esposamos, sustentada em jurisprudência, já consubstanciada em súmula, do S.T.F., de que a sanção do Executivo faz convallescer o Projeto de seu vício inicial, quanto à competência para iniciativa de leis que aumentem a despesa pública.

No mérito, nada há que obste à aprovação, pelo Plenário, do presente Projeto.

Concluimos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 135/77

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente projeto de lei tem por finalidade dar nova redação ao Art. 171, da Lei 6.174 — de 16/11/70 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Pretende o autor da proposição, estender benefício concedido ao Servidor Público do sexo masculino, após completar 30 anos de serviço, ao Servidor do sexo feminino, respeitando a proporcionalidade do tempo de serviço para a aposentadoria.

Sobre o projeto houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita a analisar o aspecto financeiro, temos que, embora o projeto altere a despesa pública, existe lastro financeiro dentro do Orçamento Geral do Estado, que permite perfeitamente suportar o excesso que porventura venha a ocorrer com a aplicação do plano de lei. Isso sem se ater, com a meritória e das mais justas das intenções que propugna a proposição em tela.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

EDILSON ALENCAR — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 135/77

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei n.º 135/77, tem por finalidade dar nova redação ao Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16/11/70 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, conforme específica.

Analisando a matéria, pronunciaram-se favoravelmente sobre a mesma, as doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Na análise da proposição, através desta Comissão de Recursos Humanos, restrita ao seu mérito, temos que é das mais meritórias e oportuna tal propositura, visando conceder melhores condições à mulher funcionária pública, quando de sua aposentadoria.

A justificativa apresentada pelo seu autor nos convence da justiça que tal dispositivo legal proporcionará no âmbito do funcionalismo civil do Estado.

Pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gilberto Felix da Silva, funcionário desta Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Sca-

ramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otacilio Leopoldo Müller, ocorrido na cidade de General Carneiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Superintendente do I.P.E., encarecendo medidas urgentes no sentido de viabilizar as instalações de um Posto do referido Instituto, na sede do Município de Capanema. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo medidas em favor de melhor preço para o soja. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, consubstanciado em pedido de informações, sobre quais as Empresas que participaram da licitação para edição das listas telefônicas e de endereços, bem como quais os critérios usados. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado à SANEPAR, sugerindo-lhe seja adotado o Distrito de Santa Lúcia, no Município de Capitão Leônidas Marques, de água artesiana. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários dos Transportes e Diretor do D.E.R., encarecendo empenho dos mesmos a fim de que o traçado da Rodovia Toledo-Cafelândia d'Oeste alcance o Distrito de Palmitópolis, no Município de Nova Aurora. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, a "Carta ao Leitor", publicada na Revista "Veja", por tratar-se de um dos melhores documentos escritos sobre a situação que a atual geração vem enfrentando. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Regional do Paraná, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando estudos no sentido de ampliação do perímetro de entrega a domicílio de correspondência, na cidade de Maringá. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de urgenciar o pedido formulado por aquele órgão ao Banco Central, cujos termos reivindica a instalação da agência no Município de Mandaguçu. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a criação e instalação de um Posto de Identificação, no Município de Capanema. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que determine sejam iniciados estudos, visando modificar o prazo do mandato para seis anos para as eleições municipais a realizar-se em 1980. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, bem como aos Srs. Superintendente da SUNAB, Presi-

dente da Portobras e Ministros dos Transportes e da Agricultura, manifestando o reconhecimento pelo atendimento dispensado ao apelo deste Poder, provocado pelo signatário, a fim de que a importação de milho fosse procedida pelo Porto de Paranaguá.

— Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Banco Central, para que seja criada uma linha de crédito aos bancos oficiais ou particulares, para que possam prorrogar o vencimento das Notas Promissórias Rurais pelo prazo das concordatas dos frigoríficos COMABRA e FRIMESA, do Grupo Oleolar. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Lasso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Instituto Geográfico de Estudos, Pesquisas e Planejamento, e ao Centro de Estudos Geográficos, pela instituição da Semana do Geógrafo. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Minas e Energia e Diretor Geral da Itaipu Binacional, encarecendo providências no sentido de se efetuem os pagamentos de indenizações a proprietários de áreas desapropriadas para efeito de construção da referida hidrelétrica. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da 6.ª Região do Banco do Brasil, consubstanciado em apelo, no sentido de que determine à Agência do Banco do Brasil de Antonina, que desburocratize completamente o setor de operações de crédito daquela filial. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Em explicações pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Não quero, absolutamente, não pretendo fazer um discurso. Apenas, acho que devo, a bem da verdade, Srs. Deputados, prestar algumas informações condensadas, não sem antes, Srs. Deputados, merecer a compreensão de V. Ex.as por esticar um pouquinho mais esta sessão, porque se me parece que, aqui, nesta Casa é feio, até proibido, se trabalhar.

Pois bem, Srs. Deputados, com referência à matéria que nós propusemos tecendo críticas à SANEPAR de Paranavaí, extensiva, também, ao comentário formulado pelo Deputado Dr. Waldenício Barbalho sobre a nossa presença política em Paranavaí; primeiramente, Srs. Deputados, nós quando recebemos o nosso diploma de Deputado Estadual, lemos e, está escrito no texto assinado pela autoridade judiciária competente, de que nós fomos diplomados como Deputado Estadual. E, me parece, Srs. Deputados, que o princípio jurídico determina, ou assim entendem os juristas que, quando a lei não faz referência específica, ela pode ter e, tem, diversas interpretações. Eu entendi que quando recebi meu diploma de Deputado Estadual que eu seria Deputado do Paraná.

Por outro lado, Srs. Deputados, eu lhes informo sem consultar o boletim que recebi do Tribunal Regional Eleitoral, que fui votado em 198 dos municípios paranaenses que, hoje, totalizam 290. E, digo mais, Srs. Deputados, que tenho uma dívida de gratidão imorredoura e impagável com a região Noroeste deste Estado, porque foi a região que me deu 40% dos poucos votos que tive, mas, que os valorizo com muito amor e com muita disposição para o trabalho, um voto que seja.

Fiz 10.094 votos e a região polarizada por Paranavaí me deu 4.000. Devo esclarecer, Srs. Deputados, que desde a primeira hora nesta Casa, não às vésperas das eleições como disse o eminente Deputado que eu muito respeito, e não vou lhe res-

ponder nos termos que eu gostaria de responder pelo respeito que eu lhe dedico e o desafio até a me citar em que Diretório, em que encontro, em que diálogo, em que visita em todas as cidades noroestinas eu tecer algum comentário negativo a V. Ex.ª.

Srs. Deputados, com o respeito que me merece o Dr. Waldenício Barbalho, S. Ex.ª leu, desta tribuna, uma notícia de jornal. Não leu absolutamente o requerimento, o documento oficial que está aqui nas minhas mãos, a cópia legítima da proposição. Grande trecho do que leu o eminente Deputado da notícia publicada pelo jornal "Folha de Londrina", contém dezenas de termos que não estão aqui. Poderia ler a matéria para os Srs. Deputados tomarem conhecimento. Mas acho desnecessário até propor a justificativa da matéria, porque na realidade, Srs. Deputados, nós aqui afirmamos na justificativa que pretendemos essas informações da SANEPAR exatamente esclarecer a denúncia que nos foi formulada. E aqui está, em inteiro teor, a parte legal desta matéria: (Lê): "Sr. Presidente, na forma regimental o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a remessa de expediente à SANEPAR, consubstanciada em pedido de informações. 1.º) — Quais os critérios adotados pela SANEPAR na cobrança das taxas de consumo de água, dos moradores da cidade de Paranavaí".

Que crime cometeu esta Casa, que escândalo em aprovar esta indagação? Que desrespeito foi esse, Srs. Deputados, quando se sabe e é verdade, que não só em Paranavaí, mas em todo o Estado, está havendo um problema terrível pelo desnível, não sei nem como referir, na taxação de consumo de água. Curitiba mesmo, os problemas são imensos, de pessoas que sempre pagaram 30, 40 e 50 cruzeiros e estão recebendo aí 600 cruzeiros, 700 cruzeiros e 1.400 cruzeiros e a SANEPAR vem com informações sem conteúdo, indefinidas, esclarecer a modalidade de medição, custo unitário, cálculos e outras características. Qual é o pecado desta solicitação;

2 — Informar sob todos os aspectos a sistemática de cálculos para cobrança da contribuição sobre rede de esgotamento sanitário; terceira e última indagação: informar exatamente, em que fase das obras de construção, é iniciada a cobrança da taxa de esgotamento sanitário. Essa é a matéria.

Eu evidentemente, não poderia aqui, lembrar de todo o pronunciamento do Deputado que eu muito respeito. Mais algumas anotações que fiz, tão somente para esclarecê-los.

Srs. Deputados, como maringaense, mas, como Deputado do Paraná, acho até que os meus colegas de Maringá se sentiriam muito honrados, satisfeitos, felizes, pelo menos de minha parte, eu agradeceria de forma ampla e reverente, qualquer dos Srs. Deputados, que tivessem a boa vontade, o respeito para com o povo de Maringá, a disposição para o trabalho, de vir, nesta tribuna, reivindicar os legítimos anseios da comunidade maringaense. Como também, condenar crimes e possíveis crimes administrativos ou de outras características, que pudessem estar sendo cometidos contra Maringá. Maringá não tem porteiros e nem terá, quando for para que o legítimo representante do povo, eu sou representante do povo, do meu Estado, vir a esta tribuna, defender a minha gente, a minha terra, a minha comunidade maringaense.

Porteiras, isso é coisa do passado, do coronelismo, ofensivo, prepotente, opressor, sem Deus.

Srs. Deputados, seria muito mais elegante ao eminente Deputado Barbalho, que lutasse pela adoção do voto distrital neste País, que eu sou contra.

Srs. Deputados: eu fui visitar na cidade de Paranavaí, o amigo Elias Alexandrino de Souza, que mora à Rua Antonina 1026, no Jardim Ouro Branco, meu confrade na Legião da Boa Vontade, que eu muito prezo, respeito e reverencio. Fui lá, prestigiar inclusive, a atividade comercial do meu amigo para adquirir uns decalques. E tive a honra de receber a visita do Vereador José Paranhos Mesquita, que me parece, o mais votado

do MDB de Paranavaí. Não fui à casa do Sr. Vereador José Paranhos Mesquita, ou Dedê, ele foi me procurar à Rua Antonina, 1026, para me pedir que, por favor, denunciasses nesta Casa, isto que aqui eu digo na justificativa. Porque estaria a SANEPAR evidentemente, lançando o consumo de água inexistente, que estaria a SANEPAR, cobrando taxa de rede de esgoto, sem fazer o esgoto na residência da pessoa. E jamais eu disse, sobre conclusão de rede de esgoto, isso é uma inverdade. Evidentemente, que ela nunca estará concluída, ela sempre prosseguirá, desde que haja desenvolvimento e crescimento.

O Vereador me falou também que a população estava revoltada, sobressaltada, e nós traduzimos aqui na justificativa, exatamente o que ouvimos do Vereador e temos testemunha. Eu tenho testemunhas que ouviram a solicitação do Deputado e eu ainda indaguei: mas porque V. Ex.^a, a Câmara, não faz uma denúncia, V. Ex.^a como Vereador na Câmara, dirija à Assembléia, dirija ao Deputado Waldenício Barbalho agora, quando o Deputado Barbalho fala, aqui, sobre falta de ética, de respeito, e de não sei mais o quê? De Deputado inútil, que eu o considero um Deputado inútil? V. Ex.^a deve perguntar isto ao Vereador José Paranhos Mesquita, não para mim, Sr. Deputado. Que eu já lhe disse e deixei patente, que eu o respeito e tenho dito, em todas as minhas visitas ao noroeste, — porque assim como perguntam a mim, de V. Ex.^a eu acho que perguntam a V. Ex.^a sobre mim.

Apenas abrindo um parêntesis, eu até acho que o Deputado Adalberto Daros, deveria perguntar também ao companheiro José Paraná Fagundes. Porque foi exatamente ele que me procurou para solicitar a proposição daquela matéria.

Srs. Deputados, para esclarecer, devo dizer a V. Ex.^{as} que eu tive a honra de receber pouco mais de 300 votos, na cidade de Paranavaí e nem que fosse um voto, apenas, eu iria, de acordo com as minhas possibilidades, procurar prestar algum serviço àquela gente.

Sobre o vocábulo "extorsão", que o Deputado de forma tão interessante mostrou a significação do termo aqui, lendo o dicionário — e eu consegui captar na informação daquele dicionário que "extorsão é uma vantagem econômica indevida". Quem me disse que a SANEPAR está cobrando contas indevidas em Paranavaí, é o Vereador José Paranhos Mesquita; e aqueles que ali estavam com ele e que estavam com a parcela popular.

Ora, se a SANEPAR cobra uma conta indevida, ela não está tendo uma vantagem econômica indevida? Eu já esclareci que quando disse de cobrança de obras inexistentes, eu apenas disse que a SANEPAR está cobrando a Rede de Esgotos sem antes fazer a ligação na residência, sem antes estender defronte a propriedade. Mas não que não exista a rede de esgotos na cidade de Paranavaí.

Esquecer Maringá. Ora! Os Anais da Casa são testemunhas que nós temos entre pronunciamentos, apartes, emendas, projetos de lei, requerimentos, eu acho que mais de 100 matérias de interesse de Maringá. Assim como têm o eminente Deputado Antônio Facci, Renato Bernardi, Jorge Sato e Gabriel Sampaio. E eu acho que até outros companheiros Deputados. Com referência aos detalhes técnicos da CODEMAR de Maringá, e a SANEPAR em Paranavaí, me permita, Dr. Barbalho, que eu tenho as minhas dúvidas às suas informações.

Porque eu tenho informações técnicas também de que a SANEPAR está colocando na Rede de Esgotos de Paranavaí, uma tubulação até criminosa, eminente Deputado, pela porcaria que representa. Isto eminente Deputado, é preciso que se analise tecnicamente. E se caberia até, desde que seja para defender o interesse popular, e a verdade, que se estabelecesse uma Comissão Especial, e até Parlamentar de Inquérito, nesta Casa. Eu, absolutamente, Deputado Barbalho, não estou afirmando; eu estou apenas traduzindo aqui, informações recebidas.

O Sr. Waldenício Barbalho — Parece até que o nobre Deputado está querendo dialogar comigo. Se V. Ex.^a me conceder um aparte...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Concederei aparte a V. Ex.^a se V. Ex.^a me deixar concluir. Eu deixei V. Ex.^a concluir.

Mas, se V. Ex.^a estava fazendo, em seu discurso, referências a Maringá, como, Srs. Deputados, fechar os olhos para Maringá? As provas estão na Casa e iremos comparar as informações que o nobre Deputado trouxe para se tomar conhecimento se o povo de Maringá está sendo massacrado pelo Serviço de Água e Esgoto.

Srs. Deputados, o eminente Deputado, a título de fazer pilhéria — não sei bem a que título — disse que eu propus voto de louvor a Jesus Cristo. Eu gosto de enxergar as coisas boas das criaturas. Agora, eu faço voto de louvor a Jesus Cristo permanentemente. Sou um homem cristão, procuro ser bom cristão, evidentemente. Só não aceito o Jesus Cristo que está sobre a Presidência, que está crucificado, inerte. O meu Cristo não está pregado na Cruz, eminente Deputado. Ele é o Supremo fundador e governante deste Planeta.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, se Jesus Cristo não existe, então vamos fechar as portas desta Casa. Acho que o nobre Deputado Valter Pietrângelo está necessitando de um exame de sanidade mental.

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência assegura a palavra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna. Todavia, informa que os 15 que lhe são reservados estão esgotados. Concede-lhe, todavia, mais 15 minutos para falar em Explicação Pessoal.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, mais uma vez não entendeu o nobre Deputado o que eu disse.

Existem certos instantes em que é preciso que um raio desça do Céu e atinja a cabeça de certas criaturas, para que elas acordem e possam entender.

Por isso, Srs. Deputados, tenho procurado usar, nesta Casa a linguagem que o povo usa. Evidentemente, que existem alguns termos que não posso propor, mas gostaria de fazê-lo. Porque, me considero um legítimo representante popular. E, às vezes, é preciso até que se exagere os adjetivos, nas críticas, nas suposições. Às vezes, até é necessário se pré-julgar, para poder acordar os que dormem, o comodista, o traidor do bem estar popular. E eu não abro mão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desse expediente.

Se errado estou, o Poder Judiciário está aí para quem se considerar injuriado ofendido, ou difamado.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei.

Eu, realmente, propus, Sr. Presidente, uma matéria um pouco diferente que o eminente Deputado confundiu com o próprio Jesus Cristo. Não haveria de dizer isso, porque voto de louvor a Jesus Cristo proponho a todo instante.

Sr. Presidente, o que propus é o seguinte:

"Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos de hoje do artigo "Deus e a Chuva", de autoria do pastor, respeitabilíssimo Pastor, Airton Aquiles Justus, da Igreja Missionária Central de Maringá, que encaminhou a matéria a mim através de uma correspondência, também muito respeitosa. E evidentemente que nos conceitos que ele emite, existe uma verdade eterna e incontestável, que é a presença de Deus dirigindo o Universo, dentro das Leis Eternas, sábias e imutáveis.

Sr. Presidente, o que é Oposição Consciente, Srs. Deputados, que tanto disse o eminente Deputado Waldenício Barbalho?

Eu respeito as suas definições e ele também sabe disto,

que eu respeito. Eu tenho proposto as matérias que a Legislação me permite nesta Casa, e até matérias que a Legislação não permite. Inclusive matérias que eu tive a honra de assinar junto com o Sr. Deputado Enéas Faria, com o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que este Plenário, pela bancada da ARENA, uma delas rejeitou, taxando-a de inconstitucional. A outra, aprovou, mesmo entendendo inconstitucional.

E. S. Ex.^a, o Chefe do Poder Executivo, vetou. Ora, Deputado, V. Ex.^a tem razão quando aqui disse que o Poder Legislativo tem perdido o seu Poder, através dos anos. Pelo crescimento de forma retrocessiva até, do Poder Executivo. E se esta inversão que se processa, desses resultados benéficos, não estaria o Brasil sendo vítima de um Governo violento, arbitrário e, sobretudo, incompetente.

Pois bem: o Poder Legislativo já é muito pequeno; e por esta razão, exatamente, é que nós procuramos, através dos expedientes que nos restam, um requerimento, um voto, a transcrição em ata, o pronunciamento, o aparte, até o projeto inconstitucional, para ver se sensibilizamos, se acordamos o Poder Executivo de cabeça dura, que só sabe, realmente, ouvir alguma coisa, quando se lhe fala os termos que o povo usa. Quando nós aqui, há algum tempo, abordávamos um assunto de extrema importância, haviam 3 ou 4 Deputados nos ouvindo e nós pedíamos, veemente, a compreensão e o apoio dos companheiros, mas aqui eles não estavam.

Mas, quando eu me referi ao Vice-Governador, o plenário se encheu de Deputados, principalmente os companheiros da Aliança Renovadora Nacional, preocupados sim, em defender uma autoridade, mas, enquanto se necessitava da atenção, para o problema do povo, eles aqui não estavam!

Estou constrangido, Sr. Presidente, por ter vindo a esta tribuna, propor um pronunciamento sem a mínima utilidade popular, mas, também estou satisfeito, Srs. Deputados, porque o meu requerimento — esdrúxulo — sei lá se é esdrúxulo, eis que sou um "cabra" analfabeto, confesso, preciso sempre de dicionários, até para redigir certas matérias, sou sincero e me considero um trabalhador, considero-me, como disse, e a legislação não me desmente porque, lá, eu tenho o meu diploma de Deputado Estadual e eu sou um legítimo representante do povo.

Pois bem, Sr. Deputado Waldenício Barbalho — eu me considero muito feliz, porque o meu requerimento, mesmo assim, provocou que V. Ex.^a viesse à tribuna por esta razão, eminente Deputado, veio aqui, denunciar problemas da SANEPAR em Paranavaí. Porque embora V. Ex.^a não concorde com determinadas ou com quase todas as possíveis afirmações que faço, V. Ex.^a disse de outras atitudes administrativas condenáveis!

Pois bem: V. Ex.^a aqui esteve, e em razão do meu requerimento. Por outro lado...

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Ex.^a permite um parte?

O tempo está passando!

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — O tempo que V. Ex.^a foi quase integral.

Por outro lado, V. Ex.^a chegou até a prestar um benefício à comunidade maringense, quando nos alertou para problemas que evidentemente estejam ocorrendo no serviço de saneamento da cidade de Maringá, e eu já disse a V. Ex.^a, que nós iremos, evidentemente, confrontar as informações de V. Ex.^a e estaremos, incondicionalmente, ao lado do povo.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Eu, antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Waldenício Barbalho...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa ao eminente Deputado, que lhe restam 3 minutos para que conclua o prazo de 30 minutos, divididos em duas partes de 15 minutos. Apenas a Presidência o adverte, para que Sua Excelência, se realmente deseja conceder o aparte ao Deputado Waldenício

Barbalho, tem exatamente este prazo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas digo, Sr. Presidente, concluindo, que, eu ainda continuo com o povo de Paranavaí e, a SANEPAR, que contrate os seus defensores, porque, enquanto ela estiver cometendo atitudes administrativas condenáveis, ela não nos terá, evidentemente, na sua defesa.

Ao Deputado Waldenício Barbalho, concedo os momentos finais.

O Sr. Waldenício Barbalho — Nobre Deputado, obrigado pelo aparte.

Inicialmente, quero dizer a V. Ex.^a que, também tive votos em Maringá, mas que, minha formação não permite tomar nenhuma iniciativa neste plenário, visto que Maringá está muito bem representada, não apenas com relação aos Deputados do MDB, mas também com relação aos Deputados da ARENA.

Estarei aqui, para discutir problemas de Maringá, de Paranavaí e de todo o Estado do Paraná, porque sou Deputado do Estado do Paraná. Mas as iniciativas, estas devem ser respeitadas pelos Deputados, com relação às suas sedes e à sua área, área de influência política, área de ação política. Tanto é verdade, que, V. Ex.^a talvez não seja capaz de me informar qual o Deputado que já fez algum requerimento com relação à cidade sede de outro Deputado nesta Assembléia. V. Ex.^a foi o único a ter esse comportamento.

Outra coisa que devo dizer a V. Ex.^a é o seguinte: com relação ao voto de louvor a Deus, o que eu li na "Folha de Londrina" é o seguinte: "O Deputado Valter Pietrângelo requereu na sessão de ontem da Assembléia Legislativa, inserção, na ata dos trabalhos, de um voto de louvor a Deus". Eu respeito muito o jornal "A Folha de Londrina" que publicou não somente como a outra matéria. Se V. Ex.^a quer louvar a Deus ou Jesus Cristo fazendo constar esse louvor na Ata, o que me contraria é o seguinte: é que o destinatário não tenha conhecimento desse voto de louvor. Porque se a Assembléia Legislativa começar a dar votos de louvor a Deus, eu vou dizer a todo o Estado do Paraná que Jesus Cristo merece muito mais. Deve ser em razão dessas chuvas que caíram, cidadão benemérito do Estado do Paraná.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Deputado, o meu voto de louvor a Deus é de coração. A matéria está à disposição de V. Ex.^a.

O Sr. Waldenício Barbalho — Outra coisa quero dizer a V. Ex.^a o que eu acho mais bonito no parlamento, é se parlamentar com elegância, com distinção, e isso realmente foi o que me conquistou para exercer o mandato. Tenho procurado fazê-lo dentro desses princípios. Quero dizer a V. Ex.^a que Paranavaí não tem porteiros; tão pouco, Paranavaí tem coronéis, não somente do Nordeste, mas de todo o País, conforme fala aí a imprensa da época e essa coisa toda.

Lá não. Pode ficar certo V. Ex.^a que será um prazer recebê-lo, será um prazer participar com V. Ex.^a. Na região Noroeste do Paraná como fizemos tantas vezes, em tantos comícios, pleiteando votos para a nossa legenda, para V. Ex.^a ou para mim.

O que eu condenei em V. Ex.^a, foi V. Ex.^a me colocar em situação difícil perante o meu povo, perante a minha cidade, perante oito mil eleitores que me concederam o voto: o Barbalho é Deputado inútil, ele não está enxergando o que o nobre Deputado Valter Pietrângelo enxergou. E V. Ex.^a enxergou de óculos escuros. De óculos escuros porque não viu em verdade, o serviço que o Estado prestou a Paranavaí. Podemos criticar a SANEPAR no que diz respeito à cobrança da taxa de água. Podemos louvar a SANEPAR e agradecer até à SANEPAR que deu a Paranavaí o serviço pioneiro em matéria de esgoto e pode V. Ex.^a ficar sabendo o seguinte: que o Ribeirão das Araras e a captação de águas em Paranavaí tem condições de fornecer água para uma população de 100 mil habitantes. Não está faltando água. O que está faltando em Paranavaí é exatamente a

iniciativa da SANEPAR — e aí vai uma crítica construtiva — no sentido de recalcar água para a estação de tratamento e fazendo-a chegar às torneiras da dona de casa, o que não está acontecendo.

Essa é uma crítica construtiva, sem dizer que a SANEPAR está extorquindo, sem dizer que a SANEPAR não está...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Ex.^a como Deputado zeloso pelas coisas regimentais, já ultrapassou o tempo. Quero que V. Ex.^a me devolva a palavra para que eu possa concluir.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Ex.^a quer a devolução da palavra? Eu quero dizer a V. Ex.^a que as portas de Paranavaí estão abertas e será sempre um prazer receber em Paranavaí V. Ex.^a, participar com V. Ex.^a dos comícios, para que V. Ex.^a conquiste o voto sem demagogia.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Senhor Presidente, concluo, dizendo que continuo aguardando as informações solicitadas à SANEPAR e que lamentavelmente o Deputado não as trouxe, quando usou da palavra nesta tribuna, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 26, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia. Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 195/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4691, de 18 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para 15 de julho de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 172/78, de 04 de maio de 1978, da funcionária NANCY TEREZINHA KOTELAK, ocupante do cargo em Comissão, de Chefe de Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 196/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4481, de 11 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para comporem Grupo de Trabalho, destinado a elaborar as propostas orçamentárias anuais, para o exercício financeiro de 1979 e plurianual de investimentos para os exercícios financeiros de 1979, 1980 e 1981, desta Assembléia e confeccionar demonstrativos de despesa do 1.º trimestre e previsão de gastos do 2.º semestre do corrente exercício.

GRUPO DE TRABALHO

Coordenador Geral: AYMORÉ OD ROCHA — Mat. 384

Coordenador do Módulo I e II: LUIZ ANTÔNIO CARON — Mat. 301

Assessoramento Superior: FAUSTO LUIZ ABRY — Mat. 555

• OSIRIS DE BRITO — Mat. 083

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS — Mat. 403

FRANCISCO DRANKA — Mat. 066

ALCEU ALVES PASSOS — Mat. 112

CLÓVIS STADLER DE SOUZA — Mat. 023

LÓRIS CORDEIRO DE BARROS — Mat. 128

ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN — Mat. 096

NANCY KOTELAK — Chefe de Gabinete da Presidência

ANTÔNIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA — Mat. 143

PAULO PACHECO — Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria.

Assessoria: WILIANS ROLANDO ROMANZINI — Mat. 354

LUCIANO LACERDA FILHO — Mat. 279

LUIZ RUPPEL BITTENCOURT — Mat. 050

MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ — Mat. 148

JOSÉ OLÍMPIO SOTTOMAIOR MACEDO — Mat. 419

Compilação de Dados: GABRIEL LUIZ FRANCESCHI — Mat. 512

JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO — Mat. 124

ÉDISON CARLOS DE OLIVEIRA — Mat.

557

SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO —

Mat. 172

EDMIR ENÉZIO DA SILVA — Mat. 498

ANTÔNIO DOS SANTOS RIBAS — Mat

357

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 197/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4074, de 04 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 62/75, que designou a funcionária CLARICE FRÓIS DE MIRANDA, matrícula n.º 547, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado Adalberto Daros, a partir de 1.º de maio de 1978;

II — revogar, a pedido, a Portaria n.º 163/77, na parte que se refere à funcionária acima citada, que autorizou a prestar serviço extraordinário, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete do Deputado Adalberto Daros, a partir de 1.º/05/78.

III — designar a funcionária acima mencionada, para prestar serviços na Liderança do Movimento Democrático Brasileiro — MDB, a partir de 1.º/05/78.

IV — autorizar, a referida funcionária, a prestar serviço extraordinário, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, conforme solicitação da Liderança do MDB, a partir de 1.º de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 305/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3375, de 19 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula n.º 279, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1976, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o seu terceiro quinquênio, compreendido entre 14 de setembro de 1971 e 14 de julho de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e das férias de 1.971, 1.972, 1.973 e 1.974 contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 18 de maio de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 306/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3655, de 25 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150,

da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, matrícula n.º 041, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 18 de maio de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário